

13 SET 2015

FOLHA DE S. PAULO

Tribunal do Rio começa a pagar auxílio-educação

Dependentes de magistrados de 8 aos 24 anos
têm subsídio de R\$ 953,47

**Desembargadores e
juizes passam a ter sete
benefícios; tribunal do
Rio é o mais rico do país
e tem fundo próprio**

MARCO ANTÔNIO MARTINS
DO RIO

O Tribunal de Justiça do Rio iniciou, na terça (8), o pagamento de um auxílio-educação a funcionários que tenham filhos entre 8 e 24 anos.

Com a medida, passam a ser sete os benefícios concedidos a juizes e desembargadores lotados no tribunal mais rico do país.

Da adoção ao funeral, os magistrados têm garantido o auxílio com dinheiro público. Isso sem contar diárias por viagens, além de gratificação por exercer funções nas eleições ou dirigir fóruns. O salário base de um desembargador no Rio é de R\$ 30.471,08.

“A perda de poder aquisitivo não conhece rubrica, vitimando a todos indistintamente. O auxílio serve como estímulo”, afirmou o desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, presidente do TJ do Rio, ao justificar o pedido do benefício, em maio, à Alerj (Assembleia Legislativa).

Para juristas e magistrados ouvidos pela **Folha**, o auxílio, chamado de “penduricalho”, garante um aumento nos vencimentos da categoria no Rio.

O dinheiro para o pagamento do auxílio sai do Fundo Especial do TJ. Até a sexta (11), a arrecadação do fundo chegava a R\$ 1 bilhão. O impacto do novo benefício no orçamento do tribunal será de R\$ 130 milhões em 2016, segundo o próprio TJ.

Até o momento, 359 dependentes de magistrados estavam inscritos para obter o benefício. Cada um receberá um auxílio-educação de R\$ 953,47.

Os benefícios para educação, alimentação e moradia vêm sendo tema de discussão no plenário do CNJ (Conselho Nacional de Justiça). Há um projeto para incluí-los na Lei Orgânica da Magistratura, que rege a atuação de juizes, desembargadores e ministros de tribunais superiores.

Diferentemente dos tribunais de outros Estados, que têm a verba sob gestão dos governadores e recebem percentuais para seus gastos, o TJ do Rio tem um fundo próprio.

“O dinheiro do fundo se destina a melhorias na Justiça e não à educação de filhos de magistrados. Os juizes ficam inventando penduricalhos que servem apenas para aumentar nosso desgaste diante da sociedade”, disse o desembargador Siro Darlan, contrário ao pagamento do benefício.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

13 SET 2015

BENEFÍCIOS NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO

Corte é a que concede mais auxílios aos seus integrantes dentre os TJs nos Sudeste

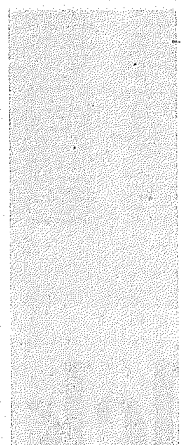


691

juizes

180

desembargadores



R\$ 30.471,08
é o salário desses magistrados

Os auxílios

R\$ 953,47

Auxílio-educação (por filho ou dependente, limitado a três, com idade entre 8 e 24 anos)

R\$ 4.377

Auxílio-moradia

R\$ 1.825

Auxílio-alimentação

R\$ 15.235

Pagamento extra por acumulação de cargos

R\$ 953,49

Auxílio-creche

R\$ 1.800,65

Auxílio-funeral

R\$ 2.364

a **R\$ 3.940**
Auxílio-adoção (pode ser pleiteado por todos os servidores públicos)*

* 3 salários mínimos, por criança de 5 a 8 anos de idade; 4 salários mínimos, por criança de 8 a 12 anos de idade; 5 salários mínimos por criança de 12 a 18 anos; 5 salários mínimos por criança/adolescente portador de deficiência, do vírus HIV (AIDS) ou de outras doenças de natureza grave ou maligna que requeiram cuidados pessoais e médicos permanentes; Fonte: Tribunal de Justiça do Rio

CONTINUA

13 SET 2015

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

> OUTRO LADO <

Presidente do TJ do Rio diz que medida estimula

O presidente do Tribunal de Justiça do Rio, o desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, não concedeu entrevista à **Folha**, apesar do pedido feito pela reportagem.

Quando a Alerj (Assembleia Legislativa) do Rio aprovou o pedido de pagamento de auxílio-educação a magistrados, em maio, o desembargador falou que a medida "vai influir positivamente no estímulo aos magistrados e servidores".

O benefício começou a ser pago na terça-feira (8).

O desembargador Carvalho disse, no momento da aprovação pelos deputados estaduais, que "a perda de poder aquisitivo não conhece rubrica, vitimando a todos indistintamente".

Na ocasião, o desembargador também defendeu a concessão do benefício porque, segundo ele, os magistrados passaram quatro anos sem reajuste salarial.

"Houve um congelamento. O benefício seria um mecanismo de compensação", afirmou, no último dia 27 de maio, em entrevista à rádio CBN.



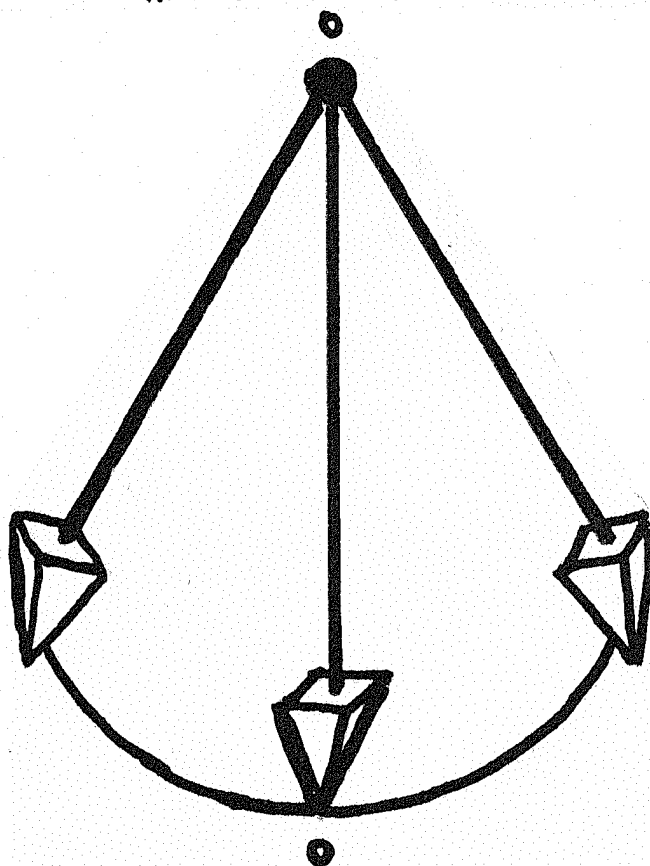
O presidente do TJ do Rio, Luiz Fernando R. de Carvalho

13 SET 2015

FOLHA DE S. PAULO

Judicatura e dever de recato

RICARDO LEWANDOWSKI



IMPARCIALIDADE

Entre juízes, posturas
ideológicas são repudiadas
pela comunidade jurídica e
pela opinião pública, que vê
nelas um risco à democracia

CONTINUA

É antigo nos meios forenses o adágio segundo o qual juiz só fala nos autos. A circunspecção e discrição sempre foram consideradas qualidades intrínsecas dos bons magistrados, ao passo que a loquacidade e o exibicionismo eram — e continuam sendo — vistos com desconfiança, quando não objeto de franca repulsa por parte de colegas, advogados, membros do Ministério Público e jurisdicionados.

A verbosidade de integrantes do Poder Judiciário, fora dos lindes processuais, de há muito é tida como comportamento incompatível com a autocontenção e austeridade que a função exige.

O recato, a moderação e mesmo a modéstia são virtudes que a sociedade espera dessa categoria especial de servidores públicos aos quais atribuiu o grave múnus de decidir sobre a vida, a liberdade, o patrimônio e a reputação das pessoas, conferindo-lhes as prerrogativas constitucionais da vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de vencimentos para que possam exercê-lo com total independência.

O Código de Ética da Magistratura, consubstanciado na Resolução 60, de 2008, do Conselho Nacional de Justiça, consigna, logo em seu artigo 1º, que os juízes devem portar-se com imparcialidade, cortesia, diligência, integridade, dignidade, honra, prudência e decoro.

A incontinência verbal pode configurar desde uma simples falta disciplinar até um ilícito criminal, apenada, em casos extremos, com a perda do cargo, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

A Lei Complementar nº 35, de 1979, estabelece, no artigo 36, inciso III, que não é lícito aos juízes “manifestar, por qualquer meio de comunicação, opinião sobre processo pendente de julgamento, seu ou de outrem, ou juízo depreciativo sobre despachos, votos ou sentenças de órgãos judiciais, ressalvada a crítica nos autos ou em obras técnicas ou no exercício do magistério”.

O prejudgamento de uma causa ou a manifestação extemporânea de inclinação subjetiva acerca de decisão futura, nos termos do artigo 135, V, do Código de Processo Civil, caracteriza a suspeição ou parcialidade do magistrado, que permitem afastá-lo da causa por demonstrar interesse no julgamento em favor de alguma das partes.

Por mais poder que detenham, os juízes não constituem agentes políticos, porquanto carecem do sopro legitimador do sufrágio popular. E, embora não sejam meros aplicadores mecânicos da lei, dada a ampla discricionariedade que possuem para interpretá-la, não lhes é dado inovar no ordenamento jurídico.

Tampouco é permitido que proponham alterações legislativas, sugiram medidas administrativas ou alvitrem mudanças nos costumes, salvo se o fizerem em sede estritamente acadêmica ou como integrantes de comissões técnicas.

Em países civilizados, dentre eles o Brasil, proíbe-se que exerçam atividades político-partidárias, as quais são reservadas àqueles eleitos pelo voto direto, secreto e universal e periódico. Essa vedação encontra-se no artigo 95, parágrafo único, inciso III, da Constituição.

Com isso, não só se impede sua filiação a partidos como também que expressem publicamente as respectivas preferências políticas. Tal interdição mostra-se ainda mais acertada porque os magistrados desempenham, ao par de suas relevantes atribuições, a delicada tarefa de arbitrar disputas eleitorais.

O protagonismo extramuros, criticável em qualquer circunstância, torna-se ainda mais nefasto quando tem o potencial de cercear direitos fundamentais, favorecer correntes políticas, provocar abalos na economia ou desestabilizar as instituições, ainda que inspirado na melhor das intenções.

Por isso, posturas extravagantes ou ideologicamente matizadas são repudiadas pela comunidade jurídica, bem assim pela opinião pública esclarecida, que enxerga nelas um grave risco à democracia.

RICARDO LEWANDOWSKI, 67, professor titular da Faculdade de Direito da USP, é presidente do STF - Supremo Tribunal Federal e do CNJ - Conselho Nacional de Justiça

13 SET 2015

FOLHA DE S. PAULO

Justiça no vácuo

Um curioso impasse acomete o Supremo Tribunal Federal (STF), em decisão que potencialmente afeta milhões de brasileiros.

Encontram-se sem possibilidade de ir a julgamento naquela corte os recursos envolvendo reparações de perdas acarretadas por vários planos econômicos, alguns dos quais de três décadas atrás.

Ocorre que alguns dos ministros do tribunal representaram, em sua carreira de advogados, pessoas que foram à Justiça em busca de indenização. Assim, declararam-se suspeitos para analisar o caso.

Já estavam nessa situação Luís Roberto Barroso, Luiz Fux e Cármen Lúcia; a eles acaba de se somar o mais recente membro do STF, Luiz Edson Fachin. Sendo o tribunal composto por 11 membros, torna-se impossível alcançar o quórum de oito ministros exigido para avaliar esse tipo de ação.

Em última análise, o direito básico de acesso à Justiça se vê prejudicado pela composição da corte. Se nenhum ministro se aposentar antes da idade compulsória (75 anos), o número mínimo se restabelecerá somente quando tomar posse o substituto de Fux, em 2028.

O presidente do Supremo, Ricardo Lewandowski, não parece preocupado com a bizarra situa-

ção. "Regimentalmente não há alternativa", declarou; "portanto, não há julgamento."

Trata-se de "coisa normal, não extraordinária", acrescenta o ministro, considerando que "90% dos recursos não chegam ao Supremo". O que é algo diferente, cabe observar, de um recurso que efetivamente chega ao STF e deixa de ser julgado por mera casualidade.

É de perguntar se, em outros casos, tão cabal negativa de julgamento seria vista como legítima.

A reivindicação de uma saída para o problema vem mobilizando entidades de advogados. Já se aventou, por exemplo, a possibilidade de que um ministro do Superior Tribunal de Justiça viesse a ser convocado excepcionalmente.

Há quem sugira uma reinterpretação do regimento do STF, de modo a considerar, para efeitos de quórum, não o total de membros da corte aptos a julgar, mas o simples número de ministros presentes.

O fato é que, sem decisão do Supremo Tribunal Federal, a Justiça entra no vácuo. Para além deste caso específico dos planos econômicos, impõe-se a busca de uma norma para todas as situações semelhantes. É inadmissível que ministros da mais alta corte do país se acomodem diante desse impasse.

14 SET 2015

FOLHA DE S. PAULO

A pauta do CNJ nunca esteve tão congestionada

EX-CONSELHEIRO DA CORREGEDORIA
APONTA ESVAZIAMENTO DO
ÓRGÃO DE CONTROLE DA JUSTIÇA
APÓS A POSSE DE LEWANDOWSKI

RAIO-X
GILBERTO MARTINS

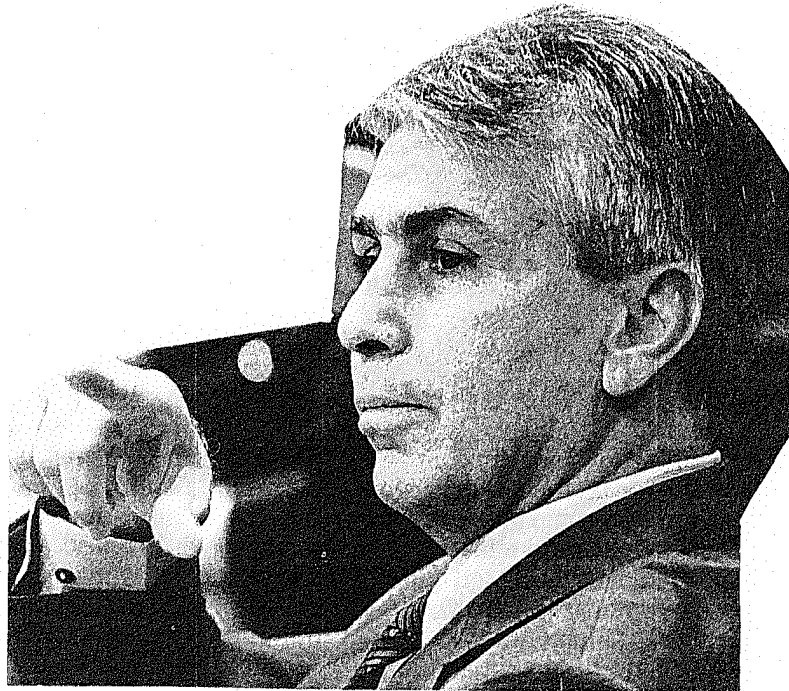
IDADE
53

ATIVIDADES

Promotor de Justiça
do Ministério Público
do Pará e ex-conselheiro
do CNJ (2011-2015)

FORMAÇÃO

Bacharel em direito
pela Universidade
Federal do Pará (UFPA)
e mestre em direito
penal pela Faculdade
de direito da Universidade
de Coimbra (Portugal)



ENTREVISTA GILBERTO VALENTE MARTINS

CONTINUA

FREDERICO VASCONCELOS
DE SÃO PAULO

Processos relevantes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que já receberam voto dos relatores aguardam, há meses, decisão do colegiado.

O congestionamento da pauta do CNJ é citado pelo ex-conselheiro Gilberto Valente Martins, 53, promotor de Justiça do Ministério Público do Pará, como exemplo de que a questão disciplinar não tem prioridade na gestão do ministro Ricardo Lewandowski, que completou nesta quinta (10) um ano de sua posse como presidente do conselho.

Nesse período, o órgão de controle externo do Judiciário sofreu um esvaziamento, processo admitido reservadamente por ex-presidentes do CNJ e ex-corregedores nacionais.

Martins, que atuava no colegiado desde 2011 (passou pelas gestões de Ayres Britto, Joaquim Barbosa e Lewandowski), encerrou em agosto seu segundo mandato no CNJ.

Segundo o promotor, o atual presidente descumpriu o regimento interno em várias ocasiões. Suspendeu as reuniões administrativas do colegiado e, a título de prestigiar a autonomia dos tribunais estaduais, criou uma “expectativa de certa blindagem” nessas cortes, não só no aspecto disciplinar.

Martins exerceu os cargos de ouvidor e corregedor substituto do CNJ. Realizou correições e inspeções em quatro tribunais estaduais e no DF. Presidiu o grupo de trabalho sobre improbidade e foi relator de vários processos disciplinares envolvendo juízes e desembargadores. Na entrevista, Martins avalia a atuação do CNJ nesse período.

Pauta de julgamentos

Na avaliação de Martins, a fila de julgamentos do conselho nunca esteve tão congestionada nos últimos dez anos quanto na atual gestão. E, ainda pior, as matérias relevantes — ou “incômodas” — estão ficando para trás: “O regimento não tem sido cumprido. O presidente tem escolhido questões de menor importância”. Segundo o promotor, há liminares deferidas há meses que não foram ratificadas na sessão seguinte, como determinam as regras do CNJ. “Não me recordo de que o regimento não tenha sido cumprido em outras gestões”, afirma.

Esvaziamento

Para o promotor, o esvaziamento do CNJ começou com a suspensão, por Lewandowski, do sistema eletrônico que permitia aos conselheiros acesso prévio aos votos dos pares. “Era uma forma de agilizar os julgamentos pelo plenário no dia seguinte”, explica.

Produtividade

Martins cita ainda outro motivo que minou a produtividade do conselho: “Na gestão do ministro Joaquim Barbosa, as sessões começavam pela manhã e entravam no início da noite. Hoje, são realizadas apenas à tarde”.

Questões disciplinares

Na posse, Lewandowski anunciou que pretendia redirecionar a atuação do CNJ, resgatando sua concepção de órgão de planejamento estratégico do Judiciário, na contramão das gestões de Ayres Britto e Joaquim Barbosa, que priorizaram o julgamento de questões disciplinares.

“Concordo que o planejamento seja atividade central,

mas a Constituição também coloca como central a questão disciplinar”, avalia Martins.

“A política não intervencionista do CNJ, adotada pelo presidente Lewandowski a título de prestigiar a autonomia dos tribunais, criou o sentimento geral de que o CNJ irá cobrar menos os tribunais e exercer um controle menor. Esse sentimento cria uma expectativa de certa blindagem dos tribunais”, diz. “É um sentimento generalizado que pode enfraquecer o CNJ.”

Penas para juízes

Ainda que considere a questão disciplinar prioritária, o promotor considera pouco expressivo o número de magistrados com desvio de conduta. “Quando o CNJ foi criado, temia-se o corporativismo diante do número de juízes membros do conselho. Se existe corporativismo, é em baixa densidade”, afirma.

Questionado sobre a possibilidade da existência de 4.500 processos na corregedoria não indicar o contrário, Martins credita o fato a uma confusão nas competências do órgão: “A corregedoria do CNJ é muito demandada por temas que não são relacionados com o aspecto disciplinar. Deveriam ser tratados em recursos nos processos, não pela corregedoria”.

Reuniões administrativas

“O presidente acabou com as reuniões administrativas para discutir projetos institucionais e prioridades da sessão. Argumentou que eram ‘secretas’. Como fazer planejamento estratégico sem ouvir o colegiado?”, critica Martins.

CONTINUA

14 SET 2015

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Conselhos consultivos

Lewandowski foi responsável pela criação dos Conselhos Consultivos da Presidência do CNJ, formado por integrantes do Colégio de Presidentes de Tribunais de Justiça e pelos presidentes de associações nacionais de magistrados. Martins refere-se a eles como "conselhinhos".

"Esses 'conselhinhos' foram criados por deliberação do presidente não ratificada pelo plenário. Não existe previsão regimental ou legal para sua criação. Vão ter acesso a informações privilegiadas? Aos votos dos conselheiros? Vão decidir o que deve ou não ser julgado? É inadmissível."

Relacionamento

Apesar das críticas, Martins elogia Lewandowski como "pessoa extremamente polida". "Em nenhum momento existiu algum tipo de tratamento desrespeitoso ou de forma hostil", diz.

"Em casos pontuais, o ministro defendeu decisões tomadas por mim. O relacionamento é muito respeitoso. Nós divergimos no campo da teoria e das opiniões."

Expectativas para o CNJ

"O CNJ deve cobrar do Judiciário brasileiro uma resposta para o desgoverno", define Martins. "Para condutas de agentes públicos que se envolvem em atos de improbidade e corrupção", explica.

"O que a sociedade espera do Estado e do Judiciário é a repressão a todo tipo de criminalidade."

Para o promotor, o mais importante para esses objetivos é a implantação de um programa de priorização do primeiro grau e o cumprimento das metas estabelecidas pelo CNJ.

“ A política não intervencionista do CNJ, adotada por Lewandowski a título de prestigiar a autonomia dos tribunais, criou o sentimento geral de que o conselho irá cobrar menos os tribunais e exercer um controle menor. Esse sentimento cria uma expectativa de certa blindagem dos tribunais

“ O regimento interno prevê que os julgamentos interrompidos por pedidos de vista sejam retomados na sessão seguinte. O regimento não tem sido cumprido. O presidente tem escolhido questões de menor importância. Liminares deferidas há meses não foram ratificadas na sessão seguinte, como também determinam as regras do CNJ

14 SET 2015

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL DO LEITOR

Judiciário

Parabenizo o ministro Ricardo Lewandowski pelo excelente artigo "Judicatura e dever de recato" (Tendências/ Debates, 13/9). Lewandowski, como professor titular da Faculdade de Direito da USP, oferece-nos uma verdadeira aula sobre a postura do magistrado. Alguns ministros do STF precisam ler, interpretar e cumprir o belo artigo do ministro.

CLÁUDIO MANOEL DE CARVALHO (Recife, PE)

Cinismo atroz é o mínimo que se pode dizer do artigo do ministro. Quem acompanha a vida pública brasileira identifica o alvo da "reprimenda". Lewandowski só se viu alçado à condição de primeiro magistrado do país por contingências legais, não pelos qualificativos próprios de juiz que ele mesmo desfila no escrito como se fosse deles dotado. Loquacidade, exibicionismo, verbosidade e incontinência verbal não se pode atribuir ao ministro. Suas "posturas ideológicas" petistas sempre foram manifestadas "nos autos", dissimuladas de posições jurídicas.

FLÁVIO REZENDE VIEIRA,
advogado (Porto Alegre, RS)

14 SET 2015

FOLHA DE S. PAULO

Mundo, Brasil, Rio, Casa

GREGORIO DUVIVIER

**{ A maconha já está
descriminalizada há muito
tempo. O que continua
criminalizada é a pobreza**

NA LUTA pela descriminalização, postei uma selfie com um baseado apagado. Assim que postei, os amigos ficaram com medo que eu tomasse processos por apologia ou que eu tivesse a casa invadida pela polícia à procura do flagrante (infelizmente, só iam encontrar uma ponta) —afinal de contas, confessei um crime. Nada. Nem polícia, nem processo. O único esculacho que tomei foi em relação ao beque mal apertado, qualificado como pastel. “Faltou só o caldo de cana”, disseram.

A verdade é que a proibição nunca chegou aqui em casa. Por ser homem, branco, cisgênero e de classe média alta, a polícia sempre me tratou com o maior respeito. Quer dizer, já tomei uma bela tapa de um sargento (A tapa no feminino difere DO tapa pela intensidade), mas quem mora no Rio sabe que uma tapa é um carinho quando se trata da PMERJ. Fosse eu negro, pobre ou travesti, teria conhecido o famoso esculacho —um mimo da PM que muitas vezes acaba em morte. A guerra às drogas é uma guerra aos pobres —e a prova disso é que não conheço nenhum rico preso por tráfico.

Sendo assim: por que postar uma selfie pedindo a descriminalização se posso fumar um prensado tranquilo? Ou ainda: por que lutar por educação pública se posso pagar por educação privada? Ou: por que lutar por saúde pública se tenho plano de saúde? Por que lutar pelo aborto se não posso engravidar? Contra o racismo se eu sou branco? Contra a redução se eu sou maior de idade? Por que pedir o casamen-

to gay se eu não quero casar gay?

Deleuze diz que o que difere a direita da esquerda é a forma que cada uma pensa o endereço postal. A direita diz: Gilles Deleuze. 12. Rue de Bizerte. Paris. França. Mundo. A esquerda diz: Mundo. França. Paris. Rue de Bizerte. 12. Gilles Deleuze. Ser de esquerda é perceber que os problemas do mundo vêm antes dos problemas do bairro que vêm antes dos meus problemas pessoais. Ali, Simba, tudo o que seus olhos podem ver, tudo isso é problema seu.

O Brasil tem 140 mil encarcerados por tráfico —negros e pobres, em sua imensa maioria. Sei que não vou ser preso por uma selfie, nem pelo flagrante e, na real, sei que não vou preso nem se eu for dono de um helicóptero com meia tonelada de pasta base de cocaína (ou talvez, nesse caso, precise ser deputado). Postar uma foto com baseado é problematizar: por que não vou preso? Cadê a polícia aqui na porta? Cadê meu esculacho?

Quando você sair do armário, vai ver que a maconha já está descriminalizada há muito tempo. O que continua criminalizada é a pobreza.

12 SET 2015

FOLHA DE S. PAULO

PF pede autorização ao STF para ouvir Lula na Lava Jato

Solicitação será analisada primeiro pelo
procurador-geral, Rodrigo Janot

**Delegado diz que
'não pode se furtar' a
apurar hipótese de que
esquema de corrupção
beneficiou o petista**

MÁRCIO FALCÃO
RUBENS VALENTE
DE BRASÍLIA

Em relatório entregue ao Supremo Tribunal Federal nesta quinta-feira (10), o delegado da Polícia Federal José Azevedo de Sousa solicitou que o ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva seja ouvido em inquérito no STF que trata de parlamentares com foro privilegiado como desdobramento da Operação Lava Jato.

A informação foi divulgada nesta sexta-feira (11) pela revista "Época" e confirmada pela **Folha**.

O pedido primeiro será analisado pela Procuradoria-Geral da República. Pelas regras em vigor no STF, os pedidos da PF só são avaliados pelo ministro relator dos processos da Lava Jato, Teori Zavascki, depois de uma manifestação formal do procurador-geral, Rodrigo Janot.

Se Janot for contra ouvir Lula, o ministro do STF não irá autorizar o depoimento.

Em seu relatório, o delegado da PF reconhece que não há provas do envolvimento

direto de Lula. Mas considera que a investigação "não pode se furtar" a levantar se o ex-presidente foi ou não beneficiado "pelo esquema em curso na Petrobras".

O delegado cita que o dileiro Alberto Youssef e o ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa "presumem que o ex-presidente tivesse conhecimento do esquema de corrupção", tendo em vista "as características e a dimensão do mesmo". Mas frisa que ambos não dispõem de elementos concretos que impliquem a participação direta do então presidente Lula nos fatos.

Costa afirmou em um de seus depoimentos que "em razão da envergadura do esquema de corrupção montado na Petrobras, acha muito pouco provável que tanto Lula quanto Dilma não tivessem conhecimento do mesmo".

Um pouco antes, porém, no mesmo depoimento, Costa reconheceu que "jamais tratou" com Lula ou com Dilma de vantagens indevidas.

Em seus depoimentos, Youssef também não ofereceu provas objetivas sobre o suposto papel de Lula. Ele disse que "tanto a presidência da Petrobras quanto o Planalto tinham conhecimento da estrutura que envolvia a distribuição e repasse de comissões no âmbito da estatal". Logo em seguida, no mesmo depoimento, o dileiro reconhece

"não dispor de nenhum elemento concreto que permita confirmar tal suposição".

A investigação que tramita no STF não tem qualquer relação com outro procedimento aberto no Ministério Público do Distrito Federal que apura a suposta participação de Lula na concessão de empréstimos do BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social) para a Odebrecht, uma das empresas que, segundo as investigações, integraram cartel na Petrobras.

Além de Lula, o delegado quer que sejam ouvidos os políticos do PT Rui Falcão, presidente do partido, José Eduardo Dutra e José Sérgio Gabrielli, ambos ex-presidentes da Petrobras, José Filippi Jr., ex-tesoureiro das campanhas de Lula e Dilma, e os ex-ministros Ideli Salvatti, Gilberto Carvalho e José Dirceu.

O delegado também pediu que sejam ouvidos políticos do PMDB e do PP, como os ex-ministros Francisco Dornelles e Mario Negromonte.

OUTRO LADO

Em visita a Buenos Aires, Lula afirmou que não foi informado do pedido feito pela PF. "Não sei como comunicaram a você e não me comunicaram. É uma pena".

CONTINUA

12 SET 2015

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

O QUE HÁ CONTRA LULA

Ex-presidente é alvo de suspeitas envolvendo empreiteiras e o esquema na Petrobras

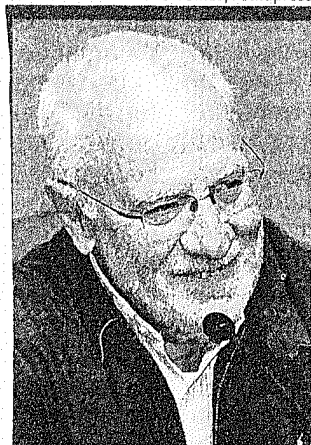
OPERAÇÃO LAVA JATO

A PF pediu ao Supremo Tribunal Federal para ouvir Lula em inquérito na corte que investiga parlamentares com foro privilegiado. Segundo a PF, embora não haja provas, é preciso apurar se o ex-presidente foi ou não beneficiado pelo esquema de corrupção na Petrobras

O QUE DIZ LULA

Não comentou o caso

Giuliano Gomes/Folhapress



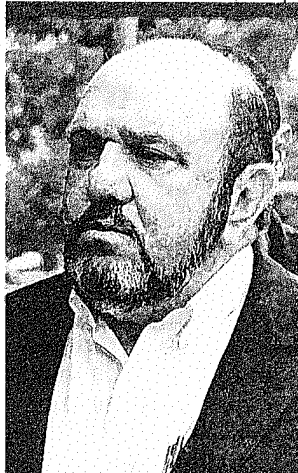
ODEBRECHT

O ex-presidente é alvo da Procuradoria por suspeita de influenciar a concessão de empréstimos do BNDES à empreiteira. O petista é ligado a de seus diretores, **Alexandrino Alencar**, preso sob suspeita de pagar propina

O QUE DIZ LULA

Nega irregularidades

Marcos Bezerra/Futura Press/Folhapress



RICARDO PESSOA

O dono da empreiteira UTC afirmou ter entregue R\$ 2,4 milhões em espécie, via caixa dois, ao comitê da campanha do ex-presidente à reeleição, em 2006. Pessoa diz que o dinheiro veio do exterior

O QUE DIZ O PT

Todas as doações ao partido foram legais

OAS

Lula fez viagens ao exterior e deu palestras bancadas pela empreiteira, também financiada pelo BNDES e que já teve executivos condenados no esquema de desvios na Petrobras

O QUE DIZ LULA

O Instituto Lula diz que a relação com a OAS é lícita

PP discutiu propina com ministros, afirma Youssef

O doleiro Alberto Youssef, um dos principais delatores do esquema de corrupção da Petrobras, afirmou à Polícia Federal que lideranças do PP procuraram ministros do governo Dilma Rousseff para discutir a destinação de propina do esquema de corrupção da Petrobras.

Segundo o doleiro, no início do governo Dilma, o ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa “mencionou claramente nas reuniões com lideranças do PP que necessitava de uma indicação do Palácio do Planalto acerca de a qual grupos do PP deveria direcionar os recursos do esquema”.

Consta em documento da PF que, segundo Youssef, a questão foi tratada com Gilberto Carvalho, ex-ministro da Secretaria-Geral de Dilma e ex-chefe de gabinete do ex-presidente Lula, e a ex-ministra Ideli Salvatti (Relações Institucionais), responsável pela articulação política com o Congresso.

Aos investigadores, Costa negou ter tratado do assunto com os ministros.

De acordo com Youssef, o destino da propina do PP ficou indefinido por três ou quatro meses. Ainda segundo o delator, o deputado Nelson Meurer (PP-SC) e o ex-ministro Mário Negromonte (PP-BA) disseram ter falado sobre a Petrobras com os ministros.

Segundo a PF, Youssef afirmou que, “quando se refere ao tema Petrobras, obviamente” quer dizer o “esquema de distribuição de vantagens indevidas a Parlamentares do PP”.

A PF pede que Ideli e Carvalho, apesar de não serem alvos da Lava Jato, sejam ouvidos porque seria “plausível que as tratativas políticas realizadas pelos parlamentares do PP tenham sido feitas tal como citado por Youssef”.

Os ministros não foram encontrados para comentar o caso. (MÁRCIO FALCÃO, RUBENS VALENTE, AGUIRRE TALENTO E GABRIEL MASCARENHAS)

12 SET 2015

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

AINDA NO ARMÁRIO

Os votos proferidos até agora no STF (Supremo Tribunal Federal) frustraram defensores da descriminalização das drogas. Apesar da sinalização de que o porte de maconha para consumo pessoal pode ser liberado, são poucas as chances de a medida ser estendida para todas as drogas, como se esperava inicialmente.

LIVRE LEVE E SOLTO

“Estamos discutindo o direito de a pessoa consumir o que quiser na esfera privada, um ato que não atinge a esfera penal. Restringir esse direito apenas à maconha não faz sentido”, diz o advogado Augusto de Arruda Botelho, que representa o IDDD (Instituto de Defesa do Direito de Defesa) na causa. “No que se refere à intimidade, o que vale para a maconha deveria valer para qualquer droga”, diz o advogado Pierpaolo Bottini, da ONG Viva Rio.

DE FORA

Bottini diz que “a descriminalização da maconha é um passo, mas pequeno se compararmos com o que ocorreu em inúmeros outros países”. Ele cita o voto do relator do caso, ministro Gilmar Mendes, que é a favor da descriminalização de todas as drogas e elencou os países em que isso já ocorre.

DE FORA 2

Na Colômbia as pessoas podem carregar até 20g de maconha, 5g de haxixe e 1g de cocaína para consumo pessoal; no Equador, 10g de maconha e 2g de pasta de cocaína, o mesmo que no Paraguai. No Peru, elas têm que se submeter a tratamento compulsório, mas não é crime portar até 8g e maconha, 5g de pasta de cocaína e 250g de ecstasy.

DE FORA 3

Gilmar Mendes cita ainda outros países que descriminalizaram várias drogas, como Alemanha, Espanha, Holanda, Itália, Portugal e República Tcheca.

12 SET 2015

FOLHA DE S. PAULO

'Faltou sensibilidade', diz jornalista sobre decisão de ministro do STF

Dias Toffoli rejeitou recurso contra quebra de sigilo de profissional

DE RIBEIRÃO PRETO
DE SÃO PAULO

O jornalista Allan de Abreu, 36, disse que faltou sensibilidade ao ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Dias Toffoli ao não decidir contra medida de quebra de sigilo telefônico relativa ao exercício de sua atividade profissional de repórter.

Reportagens de Abreu no jornal "Diário da Região" da cidade de São José do Rio Preto (SP) informaram sobre operação da Polícia Federal que apurou um esquema de corrupção na Delegacia do Trabalho da cidade. Os textos revelaram o teor de escutas telefônicas sob segredo judicial.

O Ministério Público decidiu então investigar o vazamento dos grampos e pediu à Justiça a quebra do sigilo telefônico do repórter e do jornal para tentar descobrir quem forneceu as escutas.

A Justiça Federal acolheu o pedido da Procuradoria, o

que levou a ANJ (Associação Nacional dos Jornais) a recorrer ao STF contra a medida.

No período de recesso do STF, o magistrado de plantão, ministro Ricardo Lewandowski, concedeu liminar para suspender a quebra do sigilo. Lewandowski entendeu que a medida violava a prerrogativa constitucional dos jornalistas de não terem suas fontes reveladas.

Após o plantão, o processo foi redistribuído para o ministro Dias Toffoli, que não seguiu o entendimento de Lewandowski. Com base em aspectos técnicos do processo, Toffoli decidiu que o tipo de ação judicial escolhido pela ANJ, uma reclamação, não foi a via adequada para recorrer contra a quebra.

Abreu disse à **Folha** que Toffoli não deveria ter analisado apenas questões de natureza processual.

"Foi uma decisão técnica, ele nem entra no mérito da questão. Faltou um pouco

mais de sensibilidade para ele ao ver nossa situação. Estávamos numa situação extremamente frágil, em que, se ele cassasse a liminar, o sigilo de um jornal inteiro ia ser aberto. E foi o que aconteceu", afirmou o repórter.

Segundo ele, Toffoli deveria ter se atentado à questão do sigilo da fonte, "muito importante para a vida de um jornal e de um jornalista".

"Procuramos casos parecidos, mas, de 1985 para cá, desde a redemocratização, não encontramos nada semelhante. Ele poderia ter levado em conta as consequências da ação dele", disse.

A ANJ vai protocolar na segunda-feira um novo recurso no STF para que o caso seja reapreciado pelo colegiado no qual Toffoli atua, a Segunda Turma do STF.

Especialistas ouvidos pela **Folha** se dividiram quanto à correção do tipo de ação judicial escolhido pela ANJ para reverter a quebra de sigilo.

12 SET 2015

FOLHA DE LONDRINA

Processo da Voldemort deve ser paralisado

**Órgão Especial do Tribunal de Justiça
enviou ontem à 3ª Vara Criminal
de Londrina cópia do acórdão que determina
suspensão de ação penal**

Loriane Comeli

Reportagem Local

Mais de um mês depois de conceder liminar para suspender a Operação Voldemort, que apura fraude na contratação da oficina mecânica Providence, de Cambé, pelo governo do Estado, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná enviou ontem, finalmente, cópia do acórdão que paralisa o processo. Com isso, o juiz da 3ª Vara Criminal, Juliano Nannucio, deve suspender a ação penal – a decisão ainda não havia sido publicada até o início da noite de ontem – em que são réus o empresário Luiz Abi Antoun, parente distante do governador Beto Richa (PSDB), e outras seis pessoas, incluindo Ismar Leiger, apontado como “laranja” de Abi na oficina.

O TJ entendeu que a investigação deve ser paralisada em razão de suposta investigação contra a secretária estadual de Administração e Previdência, Dinorah Botto Portugal Nogara, que, por causa do cargo que ocupa, tem foro privilegiado para inquéritos e processos criminais.

A princípio, em 2 de junho, o relator da reclamação interposta pela defesa de Abi Antoun, desembargador Renato Lopes de Paiva, havia negado liminar com o entendimento de que não houve usurpação de competência do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) de Londrina na investigação da Voldemort.

Lembrava que o Ministério Público (MP) a secretária não havia sido investigada pelo Gaeco e tampouco denunciada. O MP, como adendo à denúncia, na chamada cota, apenas solicitava ao juiz que encaminhasse cópia da denúncia para a procurador-geral de Justiça, que tem competência para eventual processo contra secretários de Estado, para averiguar eventual participação de Dinorah no crime.

Porém, com a liminar negada, a defesa de Abi apresentou um recurso chamado de agravo regimental, que foi provido, em 3 de agosto, pela maioria dos desembargadores do Órgão Especial: a votação ficou em nove votos a seis. Consta do acórdão que “é inegável que existe investigação em curso em face de

agente detentor de foro por prerrogativa de função”, ou seja, a secretária.

O promotor Jorge Barreto da Costa, coordenador do Gaeco, disse que a decisão certamente causa atrasos no processo. Ele também acredita que, ao julgar o mérito da reclamação, o Órgão Especial irá mudar o entendimento. “Absolutamente não investigamos a secretária”, comentou. Além disso, a própria Procuradoria-Geral de Justiça, em parecer da subprocuradora Samia Saad Gallotti Bonavides, entendeu não haver “elementos suficientes para prosseguir com a investigação” contra a secretária. Assim, não haveria qualquer motivo para que o processo da Voldemort tramitasse no TJ, como pretendia a defesa de Abi.

Nununcio já havia determinado datas para ouvir testemunhas e réus do processo – para o começo de outubro. Porém, poderá ser necessário reagendar as audiências. “Tudo está suspenso: as audiências, as intimações de testemunhas e advogados. Somente após o julgamento do mérito o processo voltará a tramitar. Pode ser que as audiências tenham de ser redesignadas”, disse o promotor Jorge Barreto.

12 SET 2015

FOLHA DE LONDRINA

Justiça que tarda

Devido à alta demanda, 70% dos processos aguardam julgamento no País segundo estudo do IBGE com dados do CNJ



Para atender a demanda, cada magistrado teria de solucionar mais de 6 mil processos por ano, cerca de 500 por mês, de acordo com estudo

Rafael Fantin

Reportagem Local

O estudo "Brasil em Números", divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na última quinta-feira com dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), confirma que a Justiça tarda no País, principalmente por causa da alta demanda nas diferentes instâncias, o que provoca atrasos nas conclusões dos processos.

Segundo o levantamento, havia 95,1 milhões de processos em tramitação em 2013, sendo que o número atual ultrapassa a marca de 100 milhões. Nos últimos cinco anos, o estudo calcula que ocorreu o aumento de 47% no número de casos novos. O resultado é o congestionamento de 70,90% dos processos que aguardam julgamento no País. "Para dar cabo de tamanha

carga, cada magistrado brasileiro teria de solucionar mais de seis mil processos por ano, cerca de quinhentos por mês, algo intolerável quando se tem em mente a infinidade de atos, decisões e diligências típicos das ações judiciais", aponta o artigo do CNJ publicado no estudo do IBGE, que reúne informações de outros segmentos como território nacional, características demográficas e socioeconômicas da população.

O vice-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Paraná, Cássio Telles, afirmou que as varas e comarcas carecem de melhorias na infraestrutura física e a contratação de um maior número de magistrados e servidores para atendimento da grande demanda. "A legislação brasileira é modelo e o acesso do cidadão melhorou, mas falta estrutura para atender. Foram criados os juizados especiais sem

custo na primeira instância para atendimento de demandas de consumidores, considerado um grande avanço, no entanto, a estrutura continua deficitária", lamentou.

Na avaliação dele, a tramitação dos processos no Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) é considerada "ágil" em relação a outros estados, mas os advogados paranaenses enfrentam problemas estruturais na primeira instância, além da espera pelo julgamento no caso de recursos em Brasília. "Se recorrer, o julgamento pode levar aproximadamente dois anos. O número de processos cresce a cada ano, mas desde 1989, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) possui 33 ministros", acrescentou.

CONTINUA

12 SET 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

EXAGERO

Além das contratações de juízes para preenchimentos de 2 mil vagas no País, o presidente da Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar), Frederico Mendes Júnior, avalia que resoluções administrativas, extrajudiciais, conciliações e mediações devem ser utilizadas para solução dos problemas antes da entrada do processo na Justiça, o que evitaria o congestionamento dos casos. "Em outros países existem tentativas de acordos e conciliações obrigatórias, o que não ocorre no Brasil. Mais de 100 milhões de processo é um exagero mesmo para um país de dimensões continentais. O acesso à Justiça é importante, mas a cada dois brasileiros, um está em litígio", analisa.

O presidente da Amapar também defende uma "mudança de cultura e mentalidade" para resolução de problemas coletivos, em vez de processos individuais, principalmente em ações contra prestadores de serviços públicos. "Quando existe concessão, deve ocorrer fiscalização dos órgãos reguladores e suspensão das atividades, se for necessário. No Paraná, 30% das ações envolvem telefônicas acionadas por consumidores. São problemas que

podem ser resolvidos de forma coletiva", comenta.

De acordo com Júnior, as medidas alternativas são importantes para resolver o problema dos processos parados na Justiça. "Precisamos da contratação de magistrados e servidores. No entanto, a União e o Estado possuem limites orçamentários e vai chegar um momento que a conta vai ficar alta. Por isso, outras medidas precisam ser discutidas", alerta.

RAIO-X DO JUDICIÁRIO

Brasil em números*

Magistrados
Servidores
Força de trabalho
Carga de Trabalho por magistrado

16.429
276.636
138.700
6.041

PROCESSOS



CASOS

Novos 28.286.324
Pendentes 60.853.442

Processos baixados
27.664.080

* Até 2013

Fonte: Conselho Nacional de Justiça e IBGE

12 SET 2015

FOLHA DE LONDRINA

INFORME FOLHA

Moro solta ex-gerente da Petrobras

O juiz federal Sérgio Moro decidiu ontem substituir a prisão preventiva do ex-gerente da Petrobras Celso Araripe de Oliveira por medidas cautelares alternativas. Ele é suspeito de ter recebido propinas no valor de R\$ 3 milhões para facilitar a aprovação de aditivos em contratos da construção de um prédio da Petrobras em Vitória (ES). O fato foi revelado pelo ex-presidente da Camargo Correa Dalton Avancini e pelo ex-vice-presidente da empresa Eduardo Hermelino Leite em depoimentos no acordo de colaboração premiada. Os dois teriam apontado a utilização da empresa Freitas Filho Construções Ltda., com anterior denominação de Sul Brasil Construções, para repasse da propina. Para decretar a prisão de Araripe, Moro levou em conta a confirmação de que o Consórcio OCCH (Odebrecht, Camargo Correa e Hochtief do Brasil), responsável pela obra, subcontratou os serviços da empresa Freitas Filho/ Sul Brasil Construções, sendo identificado, por quebra de sigilo bancário, que esta repassou, entre março de 2011 a novembro de 2014, cerca de R\$ 1,46 milhões a contas de Celso Araripe e de familiares.

Escritura de venda de imóvel

Celso Araripe estava preso desde o início de agosto, quando foi deflagrada a 17ª fase da Operação Lava Jato. A decisão sobre sua soltura foi tomada depois que os advogados de defesa apresentaram escritura de venda de um imóvel para a empresa Freitas Filho Construções, justificando o recebimento de R\$ 1,35 milhão. Para o Ministério Público Federal, a transferência era um repasse de propina feito pela Freitas Filho. Araripe é réu na mesma ação que apura crimes de lavagem de dinheiro e corrupção envolvendo executivos da empreiteira Odebrecht. Ele estava preso no Complexo Médico-Penal (CMP), em Pinhais (Região Metropolitana de Curitiba).

12 SET 2015

FOLHA DE LONDRINA

PF pede que Lula seja ouvido na Lava Jato

Apesar de dizer que não há provas do envolvimento do ex-presidente na corrupção da Petrobras, delegado aponta que ele pode ter se beneficiado

Márcio Falcão e
Rubens Valente
Folhapress

Brasília - Em relatório entregue ao Supremo Tribunal Federal (STF) na quinta-feira, o delegado da Polícia Federal (PF) Josélio Azevedo de Sousa solicitou que o ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva seja ouvido em inquérito no STF que trata de parlamentares com foro privilegiado como desdobramento da Operação Lava Jato. O pedido ainda será analisado pela Procuradoria-Geral da República (PGR). Pelas regras em vigor no STF, os pedidos da PF só são avaliados pelo ministro relator dos casos da Lava Jato, Teori Zavascki, depois de uma manifestação formal do procurador-geral da República, Rodrigo Janot. Se Janot for contrário à ideia de ouvir Lula, o ministro do STF não irá ouvi-lo.

Em seu relatório, o delegado reconhece que não há provas do envolvimento direto de Lula, porém considera que a investigação "não pode se furtar à luz da apuração dos fatos" se o ex-presidente foi ou não beneficiado "pelo esquema em curso na Petrobras", "obtendo vantagens

para si, para seu partido, o PT, ou mesmo para seu governo, com a manutenção de uma base de apoio partidário sustentada à custa de negócios ilícitos na referida estatal".

Ao citar eventuais indícios sobre o papel de Lula no esquema da Petrobras, o delegado reconheceu que o doleiro Alberto Youssef e o ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa apenas "presumem que o ex-presidente da República tivesse conhecimento do esquema de corrupção", tendo em vista "as características e a dimensão do mesmo".

O delegado frisou que "os colaboradores, porém, não dispõem de elementos concretos que impliquem a participação direta do então presidente Lula nos fatos". Além de Lula, o delegado quer que sejam ouvidos os políticos do PT Rui Falcão, presidente do partido, José Eduardo Dutra e José Sérgio Gabrielli, ambos ex-presidentes da Petrobras, José Filippi Jr., ex-tesoureiro das campanhas de Lula e Dilma Rousseff, e os ex-ministros Ideli Salvatti, Gilberto Carvalho e José Dirceu. O delegado também pediu que sejam

ouvidos políticos do PMDB e do PP, como os ex-ministros Francisco Dornelles e Mario Negromonte.

"EU NÃO SEI"

Lula disse na tarde ontem, em Buenos Aires, que não recebeu a requisição da Polícia Federal para ouvi-lo no caso de desvios da Petrobras investigados pela Operação Lava Jato. "Eu não sei como comunicaram a você e não me comunicaram. É uma pena", disse. A assessoria do Instituto Lula comunicou que o pedido é "de um delegado da PF" e não da organização e disse que o presidente não teve acesso ao texto com o pedido. (Com Agência Estado)

12 SET 2015

FOLHA DE LONDRINA

Del Nero obtém nova vitória no STF e protege contratos

Raphael Ramos
Agência Estado

São Paulo - O presidente da CBF, Marco Polo Del Nero, obteve ontem mais uma vitória no Supremo Tribunal Federal (STF). O ministro Marco Aurélio Mello atendeu ao pedido de liminar feito pela confederação para proteger os seus contratos e os documentos não serão entregues à CPI do Futebol no Senado.

A comissão havia aprovado requerimento do seu relator, o senador Romero Jucá (PMDB-RR), para ter acesso aos acordos assinados entre a CBF e as empresas Internacional Sports Events (ISE), Uptrend Development, Plausus e Kentaro; à relação da remuneração recebida pela CBF, desde 2002, das empresas com as quais manteve contrato envolvendo comercialização

de jogos da seleção brasileira; à renda obtida com bilheteria e direitos de transmissão dos jogos da seleção; e à cópia dos contratos de patrocínio com a General Motors e a Volkswagen nos últimos dez anos. Os parlamentares também queriam a relação do dinheiro recebido referente à Copa do Mundo de 2014 e como esses valores foram empregados pela CBF.

Na última terça-feira, a CBF entrou com um pedido de mandado de segurança no STF para não enviar à CPI os documentos. Nesta sexta, foi publicada a decisão de Marco Aurélio Mello, que, em medida cautelar, atendeu à solicitação da confederação.

Foi a segunda vitória de Del Nero na Justiça contra a CPI. Na semana passada, a CBF já havia obtido no STF uma liminar - também dada

por Mello - que negou o acesso a acordos comerciais de patrocínio, direitos de transmissão de jogos e competições, publicidade e viagens, após requerimento do senador Romário (PSB-RJ), presidente da CPI.

Nos dois pedidos ao STF, a CBF alega que há cláusulas de confidencialidade nos contratos. Segundo a entidade, a divulgação dos acordos comerciais poderia prejudicar a sua relação com os patrocinadores.

Por enquanto, Del Nero sofreu apenas uma derrota na disputa judicial com os senadores. O dirigente entrou com um pedido para suspender a quebra dos seus sigilos bancário e fiscal, mas o ministro Edson Fachin indeferiu a solicitação e as movimentações financeiras do cartola, inclusive, já foram entregues à CPI.

13 SET 2015

FOLHA DE LONDRINA

Alberto Youssef pode ir para prisão domiciliar

**Defesa
negocia com
força-tarefa da
Lava Jato uso
de tornozeleira
eletrônica
pelo doleiro
londrinense,
que é
considerado
peça-chave da
corrupção na
Petrobras**

Rubens Chueire Jr.

Reportagem Local

Curitiba – Até o início do próximo mês, o doleiro Alberto Youssef, uma das peças-chave dentro do megasquema de lavagem de dinheiro e corrupção com dinheiro desviado de obras da Petrobras, pode deixar a carceragem da Superintendência da Polícia Federal (PF) e seguir para um regime de prisão domiciliar. A decisão deve sair após a realização de uma reunião entre os advogados do londrinense e os procuradores da força-tarefa do Ministério Público Federal (MPF), ainda sem data marcada.

O encontro, com previsão de ocorrer até o início do próximo mês, servirá para analisar a efetividade da colaboração do operador e a importância das informações prestadas por ele dentro das investigações. E, dependendo do resultado dessa conversa, o doleiro será beneficiado com prisão domiciliar com uso obrigatório de tornozeleira eletrônica, monitoramento que já ocorre com outros investigados da Operação Lava Jato.

Na alegação final protocolada em uma das ações penais em que o londrinense é réu, seus advogados reforçaram o pedido para que Youssef possa ser encaminhado para a prisão domiciliar. “É justo que Youssef obtenha do Poder Judiciário um benefício proporcional à extensão e eficácia de sua colaboração, a começar pela possibilidade de ser removido para um regime prisional diferenciado e também lhe seja concedido o perdão judicial nessa e em outras ações penais”, destaca trecho assinado pela defesa.

O documento foi peticionado no processo em que o

doleiro responde aos crimes de lavagem de dinheiro e corrupção juntamente com o ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto e o ex-diretor de Serviços da Petrobras Renato Duque. Além dessa ação penal, ele é réu em outras 11, foi absolvido em duas e condenado em cinco (quatro referentes à Lava Jato e uma sobre o Banestado que foi reativada após ele quebrar o antigo acordo fechado com o MPF). No total, sua condenação até agora soma 43 anos, nove meses e 10 dias.

Os advogados ainda recordam na petição que “o acusado tem a saúde debilitada e está preso há mais de um ano e meio, sob forte pressão psicológica e física que agrava ainda mais as crônicas debilidades cardíacas que o acometem”. O londrinense chegou a ser internado cinco vezes desde sua prisão, em março de 2014.

CONTINUA

“

**Youssef não mentiu,
não tergiversou
com as provas”**

13 SET 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

O que pode atrapalhar sua saída da carceragem é seu histórico. Mesmo tendo fechado um acordo de colaboração dentro das investigações do Caso Banestado, o doleiro voltou a atuar no mercado e a praticar crimes. Os procuradores não se manifestam sobre o assunto, no entanto, a expectativa da defesa é positiva, pois, segundo ela, os depoimentos de Youssef foram essenciais para que os investigadores conseguissem avançar na apuração dos crimes.

“Passando em revista os inúmeros termos da colaboração processual de Youssef e minucioso detalhamento do esquema de corrupção descrito na denúncia, fica claro que sua palavra tem credibilidade e foi corroborada por vários colaboradores e também por outros meios de prova. Youssef não mentiu, não tergiversou com as provas”, afirmaram os advogados.

Entre as 12 pessoas que chegaram a ser presas e firmaram acordo de colaboração premiada com o MPF, somente o doleiro permanece detido em Curitiba. Sem contar com os mais recentes colaboradores (ex-deputado Pedro Corrêa e o lobista Fernando Soares, o “Baiano”), já foram fechadas 28 delações. Destas, 25 são conhecidas e outras três seguem em sigilo.

“Antes da colaboração de Youssef, as investigações circunscreviam-se a um esquema bastante pontual, sobretudo na diretoria de abastecimentos da Petrobras. Depois de sua (efetiva) colaboração, o raio de abrangência investigativa aumentou significativamente, passando a alcan-

çar um sem número de pessoas físicas e jurídicas”, reforçaram os defensores.

Pelo acordo fechado com os procuradores, os advogados pedem também a suspensão de todos os processos que ainda estão na tramitação na Justiça Federal do Paraná. A decisão sobre este pedido cabe ao juiz federal Sérgio Moro. “É, pois, forçoso reconhecer que, com a sua colaboração, Alberto Youssef foi peça-chave para se eviscerar as entranhas de um sistema de corrupção, sem precedentes na historiografia da crônica judiciária brasileira. Aliás, boa parte das colaborações que sucederam a de Youssef vieram a reboque do que ele já havia desvendado”, apontaram seus defensores.

13 SET 2015

FOLHA DE LONDRINA

DANIEL GUERRINI

Estamos muito longe da democracia

Escrever sobre a polarização a que o debate político brasileiro tem se reduzido, é chover no molhado. Constatação óbvia e que só não é banal pela quantidade de pessoas que têm se deleitado com a tal polarização, o que é, de fato, preocupante.

A sociedade brasileira está malservida de política, de suas instituições e agentes. De uma parte do espectro político vem o desserviço de imputar ao atual governo todos os males da sociedade e da política brasileira. O Partido dos Trabalhadores não inventou o patrimonialismo, esse velho conhecido nosso. Ele apenas o usou com uma sede intensa. Não falo de maestria, pois se assim o fosse, talvez não tivesse sido pego, como a grande maioria dos políticos que até hoje ocuparam seus postos de comando na sociedade brasileira. De outra parte, vem a defesa do indefensável. Porque a direita, e mesmo seus setores radicais e autoritários, vem atacando sistematicamente o atual governo federal e suas políticas de assistência social, boa parte da esquerda tem se contentado em defender tais políticas e o governo, esquivando-se do necessário debate sobre um sistema político que perdeu sua credibilidade há tempos.

O que fica obnubilado nesse debate entre surdos é justamente um sistema político que se reproduz à revelia da sociedade brasileira, ou melhor, com seu passivo e cínico consentimento. Desde a abertura democrática lenta, gradual e segura da década de 1980, até o governo Dilma, nada se fez em política que não buscasse aceitação e a bênção dos setores mais conservadores e tradicionais. O que se tem visto atualmente, e de modo escandaloso, é uma ágil mobilização desses mesmos setores para entregarem os anéis sem perderem os dedos. Se a metáfora ainda não é o suficiente para leitores incautos, quem está prestes a fincar mais profundamente suas raízes no sistema político depois da atual crise estar superada são os representantes mais fiéis de um estilo oligárquico de fazer política.

Percebe-se que são as figuras mais fiéis à perpetuação de um sistema político autocrático e ilegítimo, os que hoje têm se colocado como os grandes defensores das demandas repercutidas pela sociedade nas últimas manifestações de rua contra a corrupção. Em nome do fim da corrupção, se perpetua esse mesmo sistema, que até hoje não fez outra coisa senão se alhear da sociedade às suas próprias custas. Já o governo federal, sua base aliada e os setores da sociedade que se sentem por eles representados, têm minimizado obscenamente a importância dos desvios, da má gestão pública, dos escândalos e dos ataques que têm recebido em nome de suas justificativas em defesa das políticas assistenciais e da implementação de uma que outra política que contraria os interesses das "elites" brasileiras. Nunca é tarde

lembrar da fala incrédula de Lula quando, presidente, se lamentava das críticas que recebia dos ricos, sendo que estes tinham sido, na sua opinião, os mais beneficiados em seu governo.

Sendo assim, seja qual for o desfecho da atual crise política brasileira, tudo aponta para a perpetuação do mesmo sistema, seja pela esquerda ou pela direita. A primeira justifica seus particularismos e a defesa intransigente de sua man-

utenção no poder, em nome de ideais que acreditam ser os únicos que representam verdadeiramente a democracia. A segunda sai-se muito bem, propondo mudanças epidérmicas com ares de mudanças profundas (aquelas que a maioria da população brasileira gostaria de ver), alterando as peças do tabuleiro, sacrificando apenas aquelas mais detestadas e que farão acalmar a turba que periodicamente tem saído às ruas pedindo sangue e ditadura.

De qualquer modo, estamos muito mal de política. E essa, só mesmo de longe se pode chamar de democracia.

DANIEL GUERRINI é professor do departamento acadêmico de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Tecnológica Federal do Paraná Câmpus de Londrina

66

*Desde a abertura
democrática nada se
fez que não buscasse
aceitação dos setores
mais conservadores
e tradicionais*

12 SET 2015

GAZETA DO POVO

» OPERAÇÃO VOLDEMORT

Juiz suspende ação penal contra parente de Richa

Magistrado responsável pelo processo de fraude em licitação de conserto de veículos do governo paralisa o caso após decisão do TJ

Catarina Scortecchi

O juiz Juliano Nanuncio, da 3.^a Vara Criminal de Londrina, suspendeu nesta sexta-feira (11) a ação penal do caso Voldemort, na qual é réu Luiz Abi Antoun — parente distante do governador Beto Richa (PSDB), e nome influente na gestão tuca — na até ser preso, em março deste ano, pelo Grupo Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco). O juiz atendeu a uma decisão tomada no início de agosto pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ).

Os desembargadores acataram um pedido de liminar da defesa de Abi, que alega que o Gaeco vê indícios da participação da secretária estadual da Administração e Previdência, Dinorah Nogra. Como ela detém foro por prerrogativa de função, a defesa de Abi defende que o caso seja remetido ao TJ. Assim, até que a reclamação de Abi seja efetivamente julga-

da, o Órgão Especial suspendeu a ação penal de forma liminar. O acórdão do Órgão Especial, com o teor da decisão, ainda não foi publicado, mas o comunicado sobre a suspensão chegou na tarde desta sexta-feira (11) ao gabinete de Nanuncio.

O primeiro a analisar o caso no TJ, o desembargador Renato Lopes de Paiva indeferiu em junho o pedido de liminar. Em seu despacho, Paiva destaca que Dinorah não foi denunciada. “Uma vez que nada existe no juízo do Tribunal de Justiça quanto à secretária (...), como se pode afirmar que este juízo deve ser estendido aos corréus? Sequer é possível falar que a Secretária de Estado e o reclamante são corréus, já que ela não foi denunciada. Também não se pode afirmar que o delito foi praticado em coautoria, já que a Secretária não foi investigada no primeiro grau. Não se pode estender uma competência que sequer foi fixada”, escreveu o desembargador. A decisão, contudo, depois foi revertida no Órgão Especial.

Conserto de veículos

Na ação penal do caso Voldemort, Abi é acusado de montar um esquema criminoso para obter um contrato emergencial de R\$ 1,5 milhão, com o governo do estado, de consertos e manutenção da frota oficial na região de Londrina. Ele responde a esse processo em liberdade. A acusação é de organização criminosa, falsidade ideológica e fraude em licitação. Outros seis nomes são réus na mesma ação penal.

Abi também foi denunciado pelo caso Publicano, no qual o Gaeco apura um esquema de corrupção na Receita Estadual, com o envolvimento de dezenas de auditores fiscais.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Abi havia indicado PMs para defendê-lo

Poucas horas antes de ser comunicado sobre a suspensão da ação penal do caso Voldemort, nesta sexta-feira (11), o juiz Juliano Nanuncio fazia pedidos de inquirição de testemunhas arroladas pela defesa e pela acusação. Dois coronéis da Polícia Militar do Paraná seriam chamados como testemunhas pela defesa de Abi: o tenente coronel Hudson Leôncio Teixeira, do Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar (Bope), e o tenente coronel Élio de Oliveira Manoel, do Gabinete Militar da Assembleia Legislativa do Paraná.

Teixeira já é alvo de uma ação civil por improbidade administrativa em função da participação no episódio que ficou conhecido como o "massacre de 29 de abril". A ação da PM deixou cerca de 200 servidores públicos feridos no Centro Cívico, em Curitiba, e Teixeira foi um dos comandantes da ação.

O advogado de Abi no caso, Antonio Carlos Coelho Mendes, disse que preferia não comentar a escolha do seu cliente. A reportagem deixou recado para o tenente-coronel Élio de Oliveira Manoel, que estava em reunião. O tenente-coronel do Bope Hudson Leôncio Teixeira está de licença para um curso da PM e a reportagem não conseguiu contato. Por causa da suspensão da ação penal, os pedidos de inquirição das testemunhas não devem prosperar. (CS)

12 SET 2015

12 SET 2015

GAZETA DO POVO

Presas apoiam redução de idade penal

Dentre as pessoas encarceradas no Paraná, as mulheres são mais favoráveis à redução da maioridade penal do que os homens, mostra pesquisa

Luís Lomba,
especial para a Gazeta do Povo

A redução da maioridade penal tem mais apoio entre as mulheres do que entre os homens presos no sistema carcerário do Paraná. Entre os homens, 34,6% apoiam a redução. Entre as mulheres esse percentual é quase o dobro: 66,1%. Os dados são de pesquisa coordenada pelo professor da Pery Francisco Assis Shikida, do curso de Economia e Programas de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio e Economia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste).

O fato de estarem mais exposta a crimes como estupro explica o maior apoio das mulheres à redução da maioridade penal, segundo Shikida. “Praticamente todo o contingente de respostas favoráveis à redução da maioridade penal fez alusão ao estupro, dizendo ser isto imperdoável, independente da idade. Como sexo frágil, elas se resguar-

dam mais e são mais favoráveis à redução”, diz. “Já os homens são em sua grande maioria contra porque percebem que a estrutura carcerária não é adequada para receber os novos detentos que vão chegar com a redução da maioridade penal”, explica.

Para 32,5% dos pesquisados a maioridade penal apenas aos 18 anos contribui para os menores cometerem crimes. “O curioso é que para 67,5% dos entrevistados, não há relação entre idade penal e criminalidade”, observa Shikida. Pouco mais da metade (51,6%) dos entrevistados acredita na recuperação do menor infrator com medidas socioeducativas e internação — 55,4% cometeram algum delito antes dos 18 anos.

Os tipos de crimes mais cometidos foram roubo (38,2%) e tráfico de drogas (38,2%). A pesquisa levantou as razões mais importantes para os pesquisados terem parado seus estudos: 32,8% se envolveram com o crime e drogas, e 23,7% devido à necessidade de renda. Questionados sobre que mensagem dariam a um adolescente para que não cometa crimes, 39,8% responderam “tenham mais responsabilidade pelos seus atos”; 38,4% “educação”; 21% “trabalho” e 14,5% “família”.

A pesquisa entrevistou 165 detentos de 18 a 23 anos, em julho e agosto deste ano, na Penitenciária Central de Pi-

raquara, Penitenciária Estadual de Piraquara I e II, Penitenciária Feminina do Paraná, Presídio Central do Estado Feminino, Cadeia Pública de Toledo e Cascavel. No Estado da Paraíba foram pesquisados 21 pessoas, na Penitenciária de Segurança Máxima Geraldo Beltrão.

12 SET 2015

GAZETA DO POVO

PF pede ao STF que Lula seja ouvido na Lava Jato

Embora admita não haver provas contra o ex-presidente, delegado diz que é preciso apurar se ele foi beneficiado pelo esquema

■ Em relatório entregue ao Supremo Tribunal Federal na quinta-feira (10), o delegado da Polícia Federal (PF) Josélio Azevedo de Sousa solicitou que o ex-presidente Lula seja ouvido no inquérito do STF que trata da participação de autoridades com foro privilegiado no escândalo de corrupção investigado pela Operação Lava Jato. O pedido ainda será analisado pela Procuradoria-Geral da República (PGR).

Pelas regras do STF, os pedidos da PF só são avaliados pelo ministro relator dos casos da Lava Jato, Teori Zavascki, depois de uma manifestação formal do procurador-geral da República, Rodrigo Janot. Se Janot for contrário ao pedido de ouvir Lula, o Supremo não irá ouvi-lo.

Em seu relatório, o delegado diz que não há provas do envolvimento direto de Lula, porém considera que a investigação “não pode se furtar à luz da apuração dos fatos” se o ex-presidente foi ou não beneficiado “pelo esquema em curso na Petrobras”, “obtendo vantagens para si, para seu partido, o PT, ou mesmo para seu governo, com a manutenção de uma base de apoio partidário sustentada à custa de negócios ilícitos”.

Ao citar eventuais indícios sobre o papel de Lula no esquema da Petrobras, o delegado re-

conheceu que o oleiro Alberto Youssef e o ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa apenas “presumem que o ex-presidente da República tivesse conhecimento do esquema de corrupção”, tendo em vista “as características e a dimensão do mesmo”. O delegado frisou que “os colaboradores [delatores da Lava Jato], porém, não dispõem de elementos concretos que impliquem a participação direta do então presidente Lula”.

Procurado, Lula disse que não recebeu a requisição da PF para ouvi-lo no caso de desvios da Petrobras. “Eu não sei como comunicaram a você e não me comunicaram. É uma pena”, disse.

Além de Lula, o delegado quer que sejam ouvidos vários políticos do PT: Rui Falcão, presidente do partido; José Eduardo Dutra e José Sérgio Gabrielli, ambos ex-presidentes da Petrobras; José Filippi Jr., ex-tesoureiro das campanhas de Lula e Dilma Rousseff; e os ex-ministros Ideli Salvatti, Gilberto Carvalho e José Dirceu. O delegado também requisitou o depoimento de políticos do PMDB e do PP — como os ex-ministros Francisco Dornelles e Mario Negromonte.

Dilma de fora

O requerimento da PF diz ainda que Dilma — que ocupou os cargos de ministra de Minas e Energia entre 2003 e 2005, de presidente do Conselho de Administração da Petrobras entre 2003 e 2010 e de ministra-chefe da Casa Civil entre 2005 e 2010 — “não pode ser investigada pelos fatos ocorridos nesses períodos” devido a dispositivo constitucional que impede que o presidente da República seja responsabilizado por atos que não sejam referentes ao exercício de seu mandato.

TSE INVESTIGARÁ CAMPANHAS DO PT

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) vai decidir se abre uma investigação para apurar se o PT foi financiado com recursos desviados da Petrobras. O pedido foi enviado na quinta-feira (10) à presidência do tribunal pelo corregedor-geral eleitoral, ministro João Otávio de Noronha, que foi acionado pelo ministro Gilmar Mendes, vice-presidente do TSE e integrante do Supremo. Em sua decisão, Noronha aponta que Mendes apresentou “a existência de indicativos” de que dinheiro de propina abasteceu campanhas do PT.

GAZETA DO POVO

SEGREDO DE JUSTIÇA

12 SET 2015

STF decreta sigilo em inquérito da Lava Jato

I Pela primeira vez desde o início das investigações sobre o envolvimento de políticos no esquema investigado pela Operação Lava Jato, um inquérito que era público desde a abertura, em março, tornou-se sigiloso no Supremo Tribunal Federal (STF). O inquérito tornado sigiloso, por determinação do ministro Teori Zavascki, investiga a suposta participa-

ção no esquema do senador Benedito de Lira (PP-AL) e de seu filho, o deputado federal Arthur Lira (PP-AL). A reportagem apurou que o sigilo foi decretado em função dos depoimentos do empresário Ricardo Pessoa, dono da UTC Engenharia, que envolvem pai e filho. Curiosamente, o juiz Sergio Moro, responsável pela Lava Jato na primeira instância, levantou o sigilo nesta sexta-feira (11) de pelo menos onze depoimentos da delação premiada de Ricardo Pessoa.

Delator afirma que doação oficial ao PT era dinheiro desviado

I O empresário Augusto Ribeiro Mendonça, do grupo Setal, voltou a afirmar na quinta-feira (10) à Justiça Federal, em Curitiba, que fez doações oficiais ao PT que serviram para ocultar propina do esquema de corrupção na Petrobras. Delator da Operação

Lava Jato, ele foi ouvido na ação penal na qual são réus o presidente da Andrade Gutierrez e executivos do grupo. "Foram feitas doações oficiais ao PT a pedido do Renato Duque", afirmou Mendonça. Duque era o diretor de Serviços da estatal, sustentado no cargo pelo PT. Mendonça confirmou a prática de cartel e combinação de divisão de contratos entre empreiteiras fornecedoras da Petrobras.

STF mantém prisão preventiva de policial acusado no caso Amarildo

I O ministro Teori Zavascki, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou pedido de revogação de prisão do sargento Reinaldo Gonçalves dos Santos, acusado pela tortura e morte do

ajudante de pedreiro Amarildo de Souza — desaparecido em julho 2013. Até hoje o corpo da vítima não foi localizado. Ao indeferir a liminar, o ministro salientou que a ordem de prisão se baseou em circunstâncias concretas, "as quais justificam a manutenção da prisão cautelar para resguardar a ordem pública". Os 25 denunciados são policiais que trabalhavam na UPP da Rocinha.

BESSA

Em casa

O prefeito Gustavo Fruet prestigiou nesta semana o simpósio sobre Direito Internacional promovido pelo Instituto dos Advogados do Paraná em parceria com o Instituto Milton Luiz Pereira. Fruet, que estava acompanhado da primeira-dama, Márcia, foi saudado pelo presidente em exercício do IAP, Hélio Gomes Coelho Júnior. O prefeito é advogado e membro do Instituto, onde disse se sentir em casa.

O simpósio foi ministrado pelos advogados Celso de Tarso Pereira, Tatiana Lacerda Prazeres e Jorge Fontoura.

MP-SC cobra R\$ 10 mi de Atlético, Vasco, CBF e torcidas organizadas

I Quase dois anos depois da briga campal entre torcedores de Atlético e Vasco na Arena Joinville, na última rodada do Brasileiro de 2013, os dois clubes, as organizadas Os Fanáticos e Força Jovem, além da CBF, respondem juntos a um processo de R\$ 10 milhões movido pelo Ministério Público de Santa Catarina (MP-SC). A cobrança serviria para reparar danos morais coletivos. "É um valor estimado pelos danos coletivos morais. Não dizem respeito às cadeiras quebradas ou a qualquer bem patrimonial da Arena Joinville. É para recompor o prejuízo moral da cidade, que tem um conceito de organizada, de gente trabalhadora", explica o promotor de Justiça Cristian Richard Stahelin Oliveira, titular da promotoria do consumidor. Se o MP-SC vencer a ação que tramita desde dezembro de 2014, Atlético, Vasco, CBF e as organizadas terão de destinar o valor ao Fundo para Reconstituição de Bens Lesados (FRBL), cujo propósito é custear perícias judiciais necessárias para comprar danos de ações coletivas do Ministério Público. Como nem todas as partes foram citadas até o momento, o processo ainda deve demorar para ser julgado. A quantia pretendida pelo MP-SC também pode ser modificada. (FR)

13 SET 2015

GAZETA DO POVO

Justiça ainda dá pouco respaldo a minoritários

Estudo mostra que poucos acionistas conseguem reaver prejuízos provocados pela má gestão

■ Em um país com 555 mil investidores na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) e pródigo em escândalos financeiros, contam-se nos dedos os casos de minoritários que buscam na Justiça reparação por perdas. Estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) encontrou apenas três decisões de tribunais brasileiros sobre processos movidos individualmente por aplicadores. Ações coletivas de investidores também são raras, como os casos envolvendo a Laep (ex-dona de Parmalat) e a OGX, de Eike Batista. Apesar dos entraves, minoritários da Petrobras se unem agora para aumentar essa estatística.

A jurisprudência escassa e um Judiciário pouco especializado no tema são desestímulos para o acionista iniciar um processo, segundo Viviane Prado, professora da FGV Direito em São Paulo. Decisões imprevisíveis e a possibilidade de uma longa tramitação fazem o minoritário desistir de pagar de forma adiantada as custas processuais.

Uma das três exceções identificadas por Viviane é a de Anderson Albuquerque, minoritário do PanAmericano que entrou na Justiça (e ganhou) para reaver R\$ 300 mil que perdeu quando o banco sofreu intervenção do Banco Central, em 2010.

Uma alternativa é a ação coletiva, mas os obstáculos também são grandes. Um deles é o fato de a lei da ação civil pública exigir que a associação de acionistas tenha um ano de formação — embora alguns juízes aceitem grupos mais novos, como no caso Laep.

“A ação contra as Lojas Arapuã levou dez anos para ter decisão em primeira instância; o processo contra a Petroquisa levou mais de 15 anos, e o STJ decidiu de forma contrária aos acionistas”, afirmou Viviane. “A pouca jurisprudência não é encorajadora. Um juiz disse que o acionista não podia reclamar de prejuízo porque o mercado é arriscado! O ressarcimento do investidor é quase inexistente.”

É pela via coletiva que a mesma associação que processou a empresa de Eike Batista quer acionar a Petrobras. O plano do grupo é dar entrada até novembro, e o desafio é convencer fundos de pensão nacionais e estrangeiros a participar da ação. As negociações estão em curso.

“Quem não entrar na ação vai perder com a Lava-Jato (operação da Polícia Federal) e a queda das ações”, disse Aurélio Valporto, conselheiro da associação.

CVM

Uma saída às ações na Justiça seria que a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) ampliasse a celebração de termos de compromisso com as empresas. Segundo o estudo da FGV, em 430 acordos realizados entre 2003 e 2013, apenas 30 tiveram compensação a investidores. Em nota, a CVM ressaltou que não tem mandato legal para determinar ressarcimento.

Ações criminais do Ministério Público (MP) também podem resultar em indenização, mas a possibilidade de o minoritário ser beneficiado é menor.

“Criminalmente, o MP busca assegurar o ressarcimento. Mas muitas vezes não é suficiente. Então o investidor deve buscar também a ação civil pública, pois a apuração do dano é mais bem detalhada”, explicou a procuradora Karen Kahn, do MP Federal de São Paulo. “A legislação não protege bem o minoritário. Ela deveria contar com mecanismos mais exigentes de cobrança dos agentes do mercado.”

Roupa suja na Cruz Vermelha

13 SET 2015

Diz o velho ditado que “roupa suja se lava em casa”. Talvez tenha sido em razão desta sabedoria popular que o Ministério Público Estadual se interessou em saber porque o Hospital da Cruz Vermelha, situado em Curitiba, manda suas roupas de cama para a Lavanderia L'Acqua, de Ponta Grossa, a 100 quilômetros de distância.

A curiosidade do MP aumentou quando, compulsando os documentos, o procurador Rodrigo Chemin Guimarães constatou que a quantidade de roupas que o hospital manda lavar fora é absurda — 28 toneladas por mês a mais do que o “Manual de Lavanderia Hospitalar” do ministério da Saúde considerava normal.

A denúncia sobre esta suposta irregularidade não era nova. Ela já fazia parte de um rol de suspeitas que começaram a ser apuradas em janeiro de 2014. O inquérito caiu na mão da promotora Karina Cordeiro, que, após um ano de investigações, não notou esta e nenhuma outra irregularidade na gestão do hospital, presidida pelo médico Jerônimo Fortunato.

O relatório da promotora simplesmente aceitou como válidas todas as explicações que à época recebeu de Fortunato. Como eram estranhas e inconsistentes as conclusões do relatório de Karina, os denunciantes pediram que o caso fosse reexaminado pelo Conselho Superior do Ministério Público.

Designado relator, o procurador Chemin foi a fundo e não só apontou as falhas da primeira investigação como, no fim do mês passado, pediu que o inquérito fosse reaberto e que um outro promotor fosse nomeado para conduzi-lo.

Afora a longa viagem para lavar roupas em quantidades anormais, outras irregularidades constam das denúncias agora em fase de reapuração pelo MP. A mais grave delas diz respeito a pagamentos feitos pela Cruz Vermelha à empresa S. Scardoa & G. Taborda Ltda (que usa o nome de fantasia CV-Cor), na qual Fortunato é sócio-gerente e dono de 97% do capital. O endereço desta empresa era inicialmente

um terreno baldio num distante bairro de Curitiba, alterado posteriormente para o da própria sede da Cruz Vermelha, na Vicente Machado.

Equipamentos de alto custo teriam sido comprados com verbas do hospital, mas disponibilizados para (lucrativo) uso particular. Caso, por exemplo, de uma máquina de litotripsia (usada para quebrar cálculos renais), embora pacientes que dela precisam sejam orientados a procurar uma clínica particular situada em frente ao hospital. Outros aparelhos, provavelmente de propriedade da CVB, teriam sido entregues à exploração comercial a médicos que também fazem parte da diretoria da Cruz Vermelha. Sem contar que uma irmã do presidente dirige a farmácia e o laboratório de análises clínicas, apesar de fazer parte do conselho gestor da entidade.

O procurador Rodrigo Chemin Guimarães aproveitou para ver a legislação que regulamenta o funcionamento de entidades filantrópicas, assim regimentos e estatutos da própria Cruz Vermelha — uma respeitada instituição internacional, sem fins lucrativos — e encontrou leis e normas que estariam sendo desobedecidas pela direção da filial paranaense. O decreto federal 3100/99, por exemplo, proíbe que dirigentes dessas instituições, assim como cônjuges, companheiros e parentes colaterais percebam salários, vantagens ou benefícios. Dispositivos com as mesmas limitações fazem parte também dos ditames estatutários da Cruz Vermelha. O que não impediu o presidente Fortunato de se declarar dono dos serviços de ecografia.

Jerônimo Fortunato foi procurado pela coluna na tarde de sexta-feira (11) para ser ouvido. Como não se encontrava no gabinete da presidência, sua secretária (Tatiane) anotou os motivos da ligação e números de telefone para o eventual retorno — o que não aconteceu.

13 SET 2015

GAZETA DO POVO

TST decide que atestado não pode ter o CID

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) decidiu que a inclusão do Código Internacional de Doenças (CID) nos atestados médicos apresentados pelos trabalhadores às empresas é ilegal. No processo, a Corte manteve a decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (SC), que rejeitou recurso do Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação e Serviços Terceirizados de Santa Catarina. Na ação, a entidade tentou manter uma cláusula incluída no acordo coletivo, que exigia a indicação da doença nos atestados.

A decisão do TST abre precedente e pode virar jurisprudência. A relatora do processo no TST, ministra Maria Cristina Peduzzi, citou o direito fundamental à intimidade e à privacidade das pessoas. “No próprio âmbito da Medicina, a obrigatoriedade do CID em atestado é vista como prejudicial ao trabalhador”, destacou a ministra.

O processo começou com o Ministério Público do Trabalho, que entrou com ação por entender que a exigência extrapola a negociação coletiva e afronta o Código de Ética Médica. A decisão do TST foi por maioria.

A SEMANA DE MORO

Em Brasília

O juiz Sergio Moro foi ao Senado defender a aprovação de projeto de lei que torna regra a prisão após sentença de 2ª instância para casos de crimes hediondos e contra administração pública.

Em Curitiba

Na Justiça Federal, foram ouvidos depoimentos do ex-deputado Luiz Argôlo e de vários delatores: Augusto Ribeiro Mendonça, do grupo Setal, voltou a afirmar que fez doações ao PT que ocultavam propina de corrupção.

13 SET 2015

GAZETA DO POVO

Missa de 1 ano de Falecimento

A Família de

*Rachel de Paula
Lenz César*

Convidam para a missa de
1 ano do seu falecimento, a realizar-se
no dia 15/09/2015 (terça feira)
às 18:00 horas, na Igreja São Francisco
de Paula situada na Rua Saldanha
Marinho, Curitiba – Pr.

14 SET 2015

GAZETA DO POVO

Projeto de Richa eleva imposto sobre herança e doações acima de R\$ 375 mil

Anunciada como medida de redução do imposto sobre heranças e doações, a proposta do governo do Estado para mudar a cobrança do Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Bens e Direitos (ITCMD) aumenta a tributação de bens com valores acima de R\$ 375 mil. Em contrapartida, pessoas que herdarem ou receberem doações abaixo desse valor terão redução de imposto em relação ao que ocorre hoje ou continuarão pagando a mesma quantia. O governo argumenta que a atual tabela é injusta, ao taxar linearmente as transações em 4%. Contrárias ao projeto, entidades do setor produtivo paranaense criticam a medida.

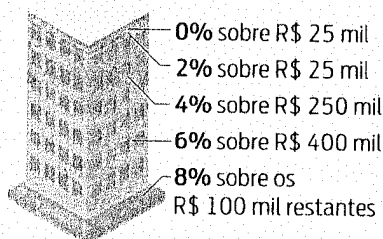
NOVO MODELO

A alíquota de cobrança será progressiva, de acordo com o valor do bem. Além disso, haverá dedução na cobrança.

Zero a R\$ 25 mil	isento
R\$ 25 mil a R\$ 50 mil	2%
R\$ 50 mil a R\$ 300 mil	4%
R\$ 300 mil a R\$ 700 mil	6%
A partir de R\$ 700 mil	8%

EXEMPLO

Como ficaria o imposto sobre um imóvel de R\$ 800 mil:



Imposto vai subir para heranças e doações acima de R\$ 375 mil

14 SET 2015

Projeto de lei elaborado pela gestão Richa chega hoje à Assembleia e causa polêmica entre deputados estaduais

| Euclides Lucas Garcia

■ Anunciada há dez dias pelo governo do estado como item de destaque no “pacote anticrise”, a redução do imposto sobre heranças e doações é uma meia verdade. De acordo com a proposta de mudança na cobrança do Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Bens e Direitos (ITCMD), transações de bens acima de R\$ 375 mil passarão a pagar mais à Receita Estadual se o projeto virar lei. Entidades do setor produtivo, porém, já se preparam para pressionar os deputados a não aprovar a matéria, que deve chegar à Assembleia Legislativa nesta segunda-feira (14) em regime de urgência.

Cobrados sobre o valor da herança recebida por parentes de pessoas que morreram ou sobre doações de bens feitas ainda em vida, o ITCMD é de 4% do montante de todas as operações, independentemente do valor. A ideia do Executivo é estabelecer alíquotas progressivas do imposto de zero a 8% do valor do bem. Pela proposta, transações de até R\$ 25 mil serão isentas. Além disso, haverá deduções na cobrança dentro

de cada alíquota, a exemplo do Imposto de Renda.

Na prática, pessoas que herdarem ou receberem doações até R\$ 375 mil terão redução de imposto em relação ao que ocorre hoje ou continuarão pagando a mesma quantia. A partir desse valor, porém, os contribuintes paranaenses passarão a pagar mais imposto do que atualmente. Em Curitiba, em média, R\$ 375 mil correspondem hoje a um apartamento de dois quartos com área privativa de 65 metros quadrados ou um terreno de 360 metros quadrados sem qualquer benfeitoria fora da região central.

Também deve ser alterado o trecho atual da legislação que isenta do pagamento do ITCMD — seja qual for o valor envolvido — herdeiros que morrem no imóvel da pessoa que morreu e que não tenham outros imóveis. Haverá “restrições” a esse benefício.

As alterações farão com que o Paraná assumira a liderança do ranking nacional na taxa de cobrança do ITCMD. Hoje, apenas Bahia, Ceará e Santa Catarina cobram a alíquota máxima de 8% sobre heranças. No caso das doações, somente os catarinenses taxam as transações em 8%.

Críticas

Contrárias ao projeto do governo, entidades do setor produtivo paranaense criticam a medida diante do aumento de 40% na alíquota do IPVA e de 12% para 18% na alíquota do ICMS de 95 mil itens de consumo popular, em vigor desde abril. A elevação da carga tributária permitiu que o Executivo

“O governo precisa fazer como todo mundo e cortar gastos. Queremos eficiência de gestão pública. Onde está a redução de impostos que o governo vende à população?”

Luiz Carlos Borges da Silva, vice-presidente do Secovi-PR.

falasse, em agosto, em fechar o ano de 2015 com um superávit primário de R\$ 2 bilhões.

“O cidadão paranaense simplesmente não consegue pagar mais impostos. O governo precisa fazer como todo mundo e cortar gastos. Queremos eficiência da gestão pública. Não é criando superávit à base do aumento de impostos que isso vai ser alcançado”, afirma Luiz Carlos Borges da Silva, vice-presidente de Planejamento do Sindicato da Habitação e Condomínios no Paraná (Secovi-PR). “Onde está a redução de imposto que o governo está tentando vender à população? Trata-se de um grande engodo.”

Na mesma linha, o presidente da Associação Comercial do Paraná (ACP), Antonio Espolador Neto, defende que a economia nacional vive a pior fase dos últimos anos e não suporta mais um aumento na carga tributária. “O governo precisa parar de majorar impostos, e tentar ajudar a indústria e o comércio. Que os deputados ponham a mão na consciência e não aprovem esse projeto.”

GAZETA DO POVO

CONTINUA

14 SET 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

MUDANÇA

Entenda a nova regra proposta pelo governo do estado para a cobrança do imposto sobre heranças e doações, o ITCMD:

Modelo atual

A alíquota é fixa em 4% sobre o valor do bem em todas as operações.



Novo modelo

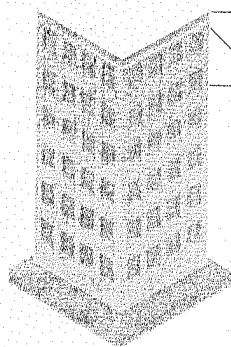
A alíquota de cobrança será progressiva, de acordo com o valor do bem.

Zero a R\$ 25 mil	isento
R\$ 25 mil a R\$ 50 mil	2%
R\$ 50 mil a R\$ 300 mil	4%
R\$ 300 mil a R\$ 700 mil	6%
A partir de R\$ 700 mil	8%

EXEMPLO

Além disso, haverá dedução na cobrança, assim como no Imposto de Renda. O valor total do bem será fatiado dentro de cada alíquota e o contribuinte irá pagar o percentual correspondente ao montante enquadrado em cada faixa.

Sobre um imóvel de R\$ 800 mil, por exemplo, será pago:



0% sobre R\$ 25 mil
2% sobre R\$ 25 mil
4% sobre R\$ 250 mil
6% sobre R\$ 400 mil
8% sobre os R\$ 100 mil restantes

FAZENDA DEFENDE MEDIDA

Diretor-geral da Secretaria da Fazenda, George Tormin defendeu que a maioria esmagadora dos paranaenses vai pagar menos imposto com o novo modelo do ITCMD. Segundo ele, valores maiores passarão a ser pagos por pessoas que têm capacidade de arcar com esse aumento. "Sempre terá chiadeira. Mas buscamos equilibrar a tabela e torná-la mais justa. A atual tabela é injusta, ao taxar linearmente as transações em 4%, sem progressão", afirmou.

EM PRATOS LIMPOS

Governo diz que haverá redução de imposto, mas isso é meia verdade.



MAIS IMPOSTO

Transações que envolvam bens até R\$ 375 mil continuarão pagando no máximo R\$ 15 mil de ITCM. Operações acima de R\$ 375 mil passarão a pagar mais imposto se a proposta virar lei.



ORÇAMENTO

Se o novo modelo estivesse em vigor em 2014, os R\$ 307,72 milhões arrecadados com o ITCMD se transformariam em R\$ 308,52 milhões.

Como o aumento é de apenas R\$ 800 mil dentro de um orçamento bilionário, o Executivo afirma que não haverá aumento de arrecadação e, portanto, trata-se de uma medida de "justiça social".

Fonte: Redação. Infografia: Gazeta do Povo.

CONTINUA

Governo terá dificuldade em aprovar medida na Assembleia

! A resistência que o governo deve enfrentar para mexer no ITCMD não é inédita no Paraná. Em 2007, o então governador Roberto Requião (PMDB) propôs a criação de alíquotas progressivas de 1% a 6% e o fim da isenção do imposto para o herdeiro que mora no imóvel. Em menos de um mês o projeto foi retirado.

Líder do governo na Assembleia à época e também na atual gestão, Luiz Claudio Romanelli (PMDB) afirma que em 2007 a pressão de “setores conservadores e patrimonialistas” levou à retirada da proposta. “São os mesmos que se mobilizam agora. Claro que os ricos sempre têm representantes influentes, mas espero que o governo não ceda.”

O discurso é o mesmo de oito anos atrás: promover justiça fiscal: “Quem pode mais paga mais e quem pode menos paga menos.” Ele cita dados da Fazenda segundo os quais 97,7% das operações de ITCMD em 2014 teriam pago menos imposto no novo modelo. Defende também que a medida não é arrecadatória: teriam entrado só R\$ 800 mil a mais no caixa paranaense no ano passado com a mudança.

Contrariedade

Nos bastidores, vários parlamentares demonstram contrariedade à proposta. Plauto Miró (DEM) chegou a se manifestar publicamente. “Não posso concordar com mais esse aumento de tributo, sendo que já aprovamos recentemente uma série de medidas para sanear as contas do estado”, criticou.

Também deve servir de termômetro a postura adotada em 2007, quando o PSDB, partido de Beto Richa, era oposição a Requião. À época, o líder oposicionista e hoje deputado federal Valdir Rossoni afirmou que a mudança no ITCMD, classificada por ele como aumento de imposto, expunha os “problemas fiscais” e a “gestão temerária” do Executivo. (ELG)

CONTINUA

CONTINUAÇÃO
SILVIO BARROS

14 SET 2015

ENTREVISTA

SILVIO BARROS, secretário estadual

de Planejamento do Paraná.

GAZETA DO POVO

Estado quer terminar o ano "empatado"

O secretário de Planejamento do Paraná, Silvio Barros, acredita que os governos estaduais podem ser afetados pela perda do grau de investimento pelo Brasil. Mesmo assim, ele argumenta que a administração paranaense está fazendo a lição de casa e deve terminar o ano com o orçamento equilibrado.

A perda do grau de investimento afeta os estados?

Não tanto a perda específica de uma agência, mas o indicativo de que vamos continuar perdendo. Se mais uma tirar o grau, a gente vai começar a sentir de maneira mais dura e imediata a perda de investimentos, a evasão de recursos. Isso é muito ruim para todos. Empresas que estão se programando para investir certamente vão colocar em *stand-by* suas decisões e isso pode dificultar tanto a capacidade de gerar empregos como de retomar a atividade econômica.

Diante da decisão da S&P de rebaixar o Brasil, o Paraná tem onde cortar gastos ou elevar a arrecadação?

A situação financeira do Paraná neste momento não está totalmente equilibrada, mas caminha para isso. Estamos trabalhando para conseguir terminar o ano empatados. Para quem começou o ano com R\$ 2 bilhões de déficit, é um baita desafio. Estamos conseguindo chegar a um resultado menos ruim.

Há algo que poderia servir para o governo federal?

Embora o cerne do problema, que é a folha de pagamento, seja o mesmo para todo mundo, as características são um pouco diferentes. O Paraná tem tido a possibilidade de se apresentar como uma alternativa interessante para alguns investimentos, que precisam ser feitos de qualquer forma. Nós não temos problema de energia — somos os maiores exportadores do Brasil. Não temos problemas de água. A gente reúne alguns componentes logísticos e de infraestrutura que podem ser decisivos para algumas empresas e estamos usando isso de maneira bastante agressiva por novos investimentos.

O Paraná tem se mostrado reticente sobre a reforma do ICMS defendida pelo ministro Joaquim Levy.

O estado do Paraná precisa utilizar as ferramentas que estão disponíveis para resolver os seus problemas e buscar atratividade de negócios. Antes de discutirmos incentivos fiscais, nós temos toda uma gama de outros elementos que devem ser apresentados às empresas como diferencial de competitividade. O incentivo fiscal é importantíssimo, mas deve ficar o mais para o final da fila possível.

14 SET 2015

GAZETA DO POVO

Hospital Evangélico ganha novo fôlego após intervenção

Nomeado em dezembro de 2014, quando situação era alarmante, interventor deixou o cargo no começo do mês. Substituto ainda será indicado

Caroline Olinda

À frente da administração do Hospital Evangélico desde dezembro do ano passado, o médico Fabrício Hito deixou o cargo de interventor da instituição no começo deste mês. Indicado pelo Ministério Público do Trabalho e nomeado pela Justiça do Trabalho, Hito alegou motivos pessoais para sair da função. O Ministério Público ainda não anunciou quem irá substituí-lo. A previsão é que um nome saia em 30 dias. Por enquanto, o certo é que o próximo a assumir a administração do hospital encontrará uma situação bem melhor que a do fim de 2014.

O cenário era alarmante: afogado em dívidas, sem crédito na praça e com alguns dos dirigentes envolvidos em denúncias de corrupção, o Hospital Evangélico parecia que não duraria muito tempo de portas abertas. O pronto-socorro chegou a parar por três dias seguidos em novembro devido à falta de medicamentos e a prefeitura de Curitiba montou um plano de contin-

gência para o caso do hospital, um dos maiores da cidade, encerrar as atividades.

Passado menos de um ano, o ambiente ainda é de crise, mas a possibilidade de o hospital ser fechado está afastada, o pronto-socorro não parou em 2015 e as contas começaram a entrar nos eixos. “Desde março, o hospital vem cumprindo 100% das metas contratualizadas com o SUS”, afirma Hito. Cumprir as metas tem sido essencial para garantir uma arrecadação mínima para manter as portas abertas e os salários em dia.

O atraso no pagamento dos funcionários e a falta de repasses dos encargos trabalhistas, aliás, foi o que motivou a intervenção do hospital. De acordo com a procuradora do trabalho Patrícia Blanc Gaídex, desde a intervenção, o recolhimento do Imposto de Renda, Fundo de Garantia e INSS está em dia. Os salários também estão sendo pagos dentro do mês. Dívidas anteriores foram ou estão sendo negociadas.

“Tudo isso faz muita diferença para o trabalhador. Tanto aquele que está lá hoje, como aquele que já saiu”, diz Patrícia.

Honorários

Solucionado o problema salarial dos funcionários, o próximo desafio será quitar as dívidas com o corpo clínico.

Segundo o chefe da cooperativa dos médicos do Evangélico, Manoel Alberto Prestes, o hospital teria deixado de pagar cerca de R\$ 15 milhões em honorários médicos nos últimos cinco anos.

Durante os oito primeiros meses deste ano, o pagamento dos médicos que realizavam atendimentos de média complexidade ficou suspenso. Desde o mês passado, os honorários passaram a ser pagos normalmente. Mas o que ficou para trás ainda precisa ser negociado. “Não estamos num processo claro de recuperação judicial, mas na prática acaba funcionando como tal. Então, chamamos os credores aqui e renegociamos. O hospital precisa atender a população, gerar receita para continuarmos vivos e atendermos as nossas obrigações”, comenta Hito.

24.668

internamentos foram realizados pelo Hospital Evangélico em 2014. 90% dos atendimentos realizados pela instituição são via Sistema Único de Saúde (SUS).

QUEIMADOS

Referência no atendimento de queimados no Sul do país, o Hospital Evangélico atendeu 4.728 pacientes de urgência e emergência vítimas de queimaduras no ano passado.

CONTINUA

14 SET 2015

Revisão de contratos ajudam a sanar dívidas

Entre as medidas tomadas para sanar as contas do Hospital Evangélico estão desde a revisão de contratos de locações de imóveis até a negociação com o governo federal para conquistar o perdão de dívidas tributárias. Neste mês, a instituição conseguiu aderir ao ProSUS, programa que garante moratória de dívidas tributárias a entidades filantrópicas e sem fins lucrativos que atuam no sistema público de saúde.

"A gente considera que, com a confirmação do hospital no programa, conseguimos tirar um peso de R\$ 160 milhões de dívidas tributárias", afirma Fabrício Hito, interventor nomeado para o evangélico em dezembro do ano passado e que deixou o cargo no início deste mês.

Para aderir ao programa, entre outras coisas, o hospital deve demonstrar a grave situação financeira pela qual passa, propor uma ampliação de oferta e apresentar um plano de capacidade econômica-financeira.

O Evangélico também tem trabalhado com o corte de despesas com alugueis e contratos com pessoas.

Só com a entrega de dois imóveis que abrigavam áreas administrativas do hospital, por exemplo, serão economizados cerca de R\$ 696 mil em um ano.

Os serviços prestados nesses prédios foram transferidos para espaços de propriedade do Evangélico. (CO)

FABRÍCIO HITO ENTREVISTA

Caroline Olinda

Fabrício Hito, interventor do Hospital

Evangélico

"Não fosse o corpo clínico, teríamos fechado"

O que foi feito para que o Evangélico conseguisse chegar a 100% do combinado em contrato com o SUS em março?

Começamos a priorizar pagamentos dos colaboradores, os acordos trabalhistas e os tributos. Assim, ganhando voto de credibilidade, principalmente dos funcionários e dos médicos, conseguimos fazer com que o hospital interrompesse algumas situações de fechamento de serviços e retomamos a produção. Com essa retomada, a gente tem mais recursos e, por consequência, consegue trabalhar mais. Mas, claro, não é simplesmente retomar a produção, é preciso retomar a produção e cortar despesas.

Nesses cortes, o que tem sido o foco?

Temos feito um trabalho de reorganização da área de recursos humanos. Isso não significa redução de pessoal. Existem outras formas de trabalhar, reestruturando as áreas. Estamos reduzindo também contratos de locações e de prestadores de serviços. Além disso, resgatando credibilidade, passamos a renegociar e a fazer economias na parte de suprimentos do hospital.

Os escândalos protagonizados pelo Evangélico no passado prejudicaram o hospital?

Houve uma queda importante no faturamento de convênios privados e é lógico que toda essa exposição na mídia gera desconfiança. Justamente aí que a gente vem trabalhando, tentando resgatar essa credibilidade. Mesmo porque hoje, sem dúvida, o nosso corpo clínico não deixa a desejar a nenhum outro serviço de saúde do país. A partir desse alicerce, que é um corpo clínico qualificado, a gente vem tentando mostrar para a população, para esses clientes em potencial, que o hospital mudou.

Qual a importância do corpo clínico para o hospital nesse momento de crise?

Se não fosse o nosso corpo clínico, o hospital já teria fechado. Ele foi de fundamental importância — e continua sendo —, o principal ator no processo de intervenção. Mesmo os médicos com atrasos nos pagamentos dos seus honorários continuam firmes e cumprindo o juramento que todos os médicos fazem.

14 SET 2015

GAZETA DO POVO

Relator rejeita analisar caso Gleisi e ameaça futuro da Lava Jato

Para Teori Zavascki, repasses da Consist não têm relação com fraude na Petrobras. Ato abre caminho para outros casos saírem da mão de Moro

● O ministro Teori Zavascki, relator da Operação Lava Jato no Supremo Tribunal Federal (STF), deixou de analisar relatório sobre suposto repasse de dinheiro da Consist Software para pagamento de despesas da senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) e do ex-ministro do Planejamento Paulo Bernardo (PT-PR), entre outros. A senadora e o ex-ministro negam todas as denúncias de irregularidades.

Zavascki considerou que a acusação não tem relação direta com as fraudes na Petrobras e que, portanto, ele não seria o juiz natural do caso. A decisão deixou investigadores que atuam na Operação Lava Jato em Curitiba preocupados.

Para esses investigadores, ao não se reconhecer como juiz natural do caso Gleisi, Teori pode abrir caminho para que outros casos da Lava Jato, sem vínculos específicos com

a Petrobras, saiam também da esfera de atuação do juiz Sergio Moro, da 13.^a Vara Federal de Curitiba. Para delegados e procuradores, a questão é crucial e pode definir se a operação terá fôlego para avançar sobre outras áreas, além da Petrobras.

Depois de devastar o esquema de corrupção na maior estatal do país, a força-tarefa da Lava Jato em Curitiba passou a investigar irregularidades na Caixa Econômica Federal e nos ministérios do Planejamento e da Saúde. Outras áreas da administração pública também já entraram no radar.

“É como espalhar as peças de um quebra-cabeça. Uma peça fora do jogo perde força, às vezes, perde até sentido”, afirma um dos investigadores.

No início do mês, Teori recebeu relatório de Moro sobre Gleisi e, por não se considerar o juiz natural do caso, enviou o documento ao presidente do STF, Ricardo Lewandowski. O caso foi redistribuído eletronicamente e acabou nas mãos do ministro Dias Toffoli. Mas, antes de qualquer iniciativa, Toffoli atendeu a um pedido da Procuradoria-Geral da República e devolveu os autos a Lewandowski. Caberá agora ao

presidente decidir se leva ou não a discussão ao plenário do tribunal.

Uma eventual confirmação da decisão de Teori ratificaria a tese de que processos sem relação com a Petrobras não estariam necessariamente vinculados à 13.^a Vara Federal de Curitiba. A PF e o Ministério Público investigam pagamentos da Consist no valor total de R\$ 7,5 milhões para Guilherme Gonçalves, advogado do PT no Paraná. A polícia suspeita que parte do dinheiro foi usada para pagar despesas da senadora.

A Polícia Federal suspeita que a Consist pagou, de 2010 até agora, R\$ 50 milhões em propina em troca de um contrato de gerenciamento de crédito consignado em folha de servidores públicos firmado no âmbito do Ministério do Planejamento.

Paraná Portal 14 SET 2015

RUY BARROZORUY BARROZO



Publicado 14 de setembro de 2015 às
02h51

RB| Justiça

Presidente do TJ visita Maringá

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Paulo Roberto Vasconcelos, esteve na Comarca de Maringá, ocasião em que visitou todas as Varas ouvindo as reivindicações dos magistrados no que diz respeito à falta de pessoal, espaço físico, conservação e manutenção do Fórum.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

Paraná Portal

14 SET 2015

As reivindicações ouvidas pelo presidente já foram encaminhadas as diretorias competentes para avaliação e providências.

Após a visita ao Fórum o presidente e juízes participaram de uma reunião informal de confraternização.



Paraná Portal 14 SET 2015

RUY BARROZORUY BARROZO



Publicado 11 de setembro de
2015 às 12h58

**Presidente do TJPR assina ordem ser
serviço para o novo Fórum de
Marechal Cândido Rondon**

A construção do novo fórum da
comarca de Marechal Cândido
Rondon teve na manhã desta sexta-
feira mais um importante e decisivo
capítulo, com a assinatura da ordem
de serviço por parte do presidente
do Tribunal de Justiça do Paraná,
desembargador Paulo Roberto
Vasconcelos.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO **Paraná Portal** **14 SET 2015**

A cerimônia aconteceu na sala do júri, nas dependências do Fórum atual, com a presença de diversas autoridades e lideranças rondonenses, entre elas o deputado estadual Elio Rusch (DEM).

A obra será edificada em terreno de seis mil metros quadrados, doado pelo município, antes ocupado pela pista de bicicross, próximo ao Colégio Eron Domingues.

A licitação realizada pelo Tribunal de Justiça do Paraná e vencida pela empresa CSC Engenharia prevê um custo máximo de R\$ 11.138.206,00.

CONTINUA

14 SET 2015

CONTINUAÇÃO **Paraná Portal**

O prazo estimado para a construção é de 16 meses.

O deputado Elio Rusch destacou esta conquista como histórica para Marechal Cândido Rondon e os outros municípios que são atendidos pela comarca (Entre Rios do Oeste, Mercedes, Nova Santa Rosa, Pato Bragado e Quatro Pontes). "Assim como a longa e vitoriosa luta que tivemos para dotar a comarca de novas varas, com mais juízes e serventuários para atender à população, agora também podemos comemorar a construção do novo fórum", comentou.

CONTINUA

14 SET 2015

CONTINUAÇÃO **Paraná Portal**

Rusch frisou a união das forças representativas da sociedade rondonense, incluindo as autoridades judiciárias, a Câmara Municipal, a OAB, a ACIMACAR, entre outras, que na medida e no tempo certo souberam reivindicar e ajudar a concretizar esta grande aspiração junto ao TJ.

“Com um prédio mais apropriado, moderno, mais amplo e funcional, com certeza o Poder Judiciário da comarca terá melhores condições de trabalho, e com isso quem ganha é a nossa comunidade”, concluiu.

12 SET 2015

O ESTADO DE S. PAULO STF deve decidir sobre ministro na terça-feira

Ministro Celso de Mello avalia pedidos da PGR para investigar chefe da Casa Civil e senador Aloysio Nunes (PSDB)

Beatriz Bulla / BRASÍLIA

A decisão sobre a abertura das investigações a respeito do ministro da Casa Civil, Aloizio Mercadante, e do senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) deve ser tomada pelo Supremo Tribunal Federal no início da próxima semana. O ministro Celso de Mello, responsável pelo caso no STF, já começou a avaliar o pedido de abertura de inquérito feito pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot. No gabinete de Mello, estima-se que a decisão seja tomada por ele até terça-feira.

No domingo passado, o **Estado** informou que o Supremo autorizou investigação, pedida pela Procuradoria-Geral da República, sobre Mercadante e Aloysio Nunes. A informação se baseava no relato de fontes ligadas ao STF, já que o caso está sob sigilo. Nas edições de segunda-feira e de terça-feira, após novas apurações, o **Estado** mostrou que ambos não seriam investigados no âmbito da Operação Lava Jato, mas por suposta prática de caixa 2 na campanha eleitoral.

Também na terça-feira, o STF divulgou informações oficiais sobre os casos, pela primeira vez. Conforme o Supremo, o ministro Teori Zavascki, relator da Operação Lava Jato, recebeu os pedidos da Procuradoria-Geral da República e determinou a redistribuição dos dois casos, o de Mercadante e o de Aloysio Nunes, a outro integrante da Corte – no caso, Celso de Mello. Essa informação foi publicada na edição de quarta-feira.

Entendimento. Os dois pedidos de investigação tratam de uso de dinheiro oriundo de caixa 2 em campanha eleitoral, com possível fraude de documentos eleitorais. A Procuradoria e o ministro Teori Zavascki entenderam que Mercadante e Aloysio Nunes não teriam interferência na intermediação de negócios da Petro-

brás. Por isso, as investigações foram apartadas dos casos conduzidos pelo relator da Operação Lava Jato.

Mas a investigação sobre o ex-tesoureiro da campanha à reeleição da presidente Dilma Rousseff e atual ministro da Comunicação Social, Edinho Silva, permanece sob a condução do ministro Teori Zavascki.

Os três políticos foram citados na delação do empreiteiro Ricardo Pessoa, dono da UTC. Em depoimentos, o empreiteiro disse ter doado R\$ 500 mil a Mercadante em 2010, quando o atual ministro disputou o governo de São Paulo pelo PT. Pessoa afirmou, ainda, ter doado a Aloysio Nunes R\$ 300 mil de forma oficial e R\$ 200 mil via caixa 2 no mesmo ano.

Edinho, Mercadante e Aloysio Nunes negam as acusações do delator. Segundo eles, as doações foram registradas e declaradas à Justiça, conforme a lei.

12 SET 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Segurança. Imagens foram gravadas por câmeras de segurança e mostram quando homens de um batalhão capturam um suspeito de roubo e o algemam para, em seguida, soltar o acusado e assassiná-lo a tiros; outro assaltante foi morto em suposto tiroteio

Vídeo de execução no Butantã faz Justiça decretar prisão de 5 policiais

Bruno Ribeiro

Após analisar imagens de câmeras de segurança, a Justiça decretou ontem a prisão de cinco policiais militares do 23.º Batalhão da PM, sob a acusação de eles terem executado um suspeito do roubo de uma motocicleta. O crime aconteceu na tarde do dia 7 de setembro, no Butantã, zona oeste de São Paulo.

O vídeo mostrando Paulo Henrique de Oliveira sendo dominado, algemado e, depois, solto e executado pelos policiais foi obtido pelos homens do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP). Ele foi enviado pela polícia ao Ministério Público Estadual (MPE), que pediu a decretação da prisão dos acusados.

O juiz Fernando Oliveira Camargo, da 5.ª Vara do Júri da Capital, concordou com o pedido, depois de analisar as provas. Além de disparar duas vezes contra o suspeito, os policiais teriam adulterado a cena do crime, colocando uma arma nas mãos de Oliveira.

Os soldados Tyson Oliveira Bastiane, Silvano Clayton dos Reis, Silvio André Conceição, Mariane de Moraes Silva Figueiredo e Jackson da Silva Lima

• **Vítimas**
179

peças foram mortas por policiais civis e militares no primeiro semestre deste ano na capital paulista, crescimento de 6,5% em comparação com o mesmo período do ano passado.

aparecem em imagens ao lado de Oliveira. O Estado não conseguiu localizar seus advogados. A reportagem também pediu entrevista com o secretário de Estado da Segurança Pública, Alexandre de Moraes, sobre o caso. Não foi concedida. Como resposta, a secretaria encaminhou uma nota em que ressalta que a Corregedoria da Polícia Militar vinha investigando o caso e os policiais já cumpriam prisão administrativa.

Ação. As imagens, divulgadas pelo site G1, mostram Oliveira, em uma rua do Butantã, se render aos policiais, tirar a camiseta para mostrar que está desarmado e depois ser algemado. Chegam policiais de moto e em uma viatura em reforço aos colegas. O suspeito é encostado em um muro, enquanto os policiais vasculham a área ao redor.

Na sequência seguinte, os PMs retiram as algemas de Oliveira e levam o suspeito para um canto da rua. O acusado fica no meio de um grupo de policiais, quando, segundo o Ministério Público, o soldado Reis dispara duas vezes na vítima.

Acusação. Segundo o promotor encarregado do caso, Rogério Leão Zagallo, do 5.º Tribunal do Júri, o soldado Reis aparece ainda correndo até a viatura e pegando uma arma, para colocá-la ao lado do corpo de Oliveira, e simular o confronto. As câmeras mostram os policiais sem nada nas mãos quando chegam ao lado do carro e, depois, voltando com a arma nas mãos.

Oliveira teria participado do roubo da moto com outro acusado: Fernando Henrique da Silva. Na fuga, eles foram localizados pelos homens do 23.º Batalhão e do 16.º Batalhões da PM. Os dois suspeitos se separaram. Silva entrou em uma casa para tentar se esconder dos policiais. De acordo com a PM, ele foi localizado por dois homens do 16.º Batalhão. Teria havido tiroteio e o suspeito foi morto.

CONTINUA

12 SET 2015

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

O outro acusado – segundo a versão apresentada pelos policiais no dia 7 – correu pelas ruas armado e teria reagido à ordem de prisão. Com o surgimento do vídeo, a promotoria pediu à Justiça a decretação da prisão dos policiais envolvidos no caso, cujos nomes constavam como envolvidos com as mortes de Oliveira e de Silva.

Posteriormente, a Corregedoria da PM alertou a promotoria de que não havia recolhido indícios de que Silva tivesse sido executado. Por isso, os dois PMs do 16.º Batalhão foram soltos. Mas outros três do 23.º Batalhão tiveram a prisão decretada porque foram identificados nas imagens como possíveis coautores da execução de Oliveira. “O que eles fizeram foi uma covardia. Mesmo quem defende pena de morte não pode concordar com isso”, disse o promotor.

13 SET 2015

O ESTADO DE S. PAULO

De foro íntimo

Para ex-secretário Nacional de Justiça, não é a lei que leva alguém a consumir ou não a droga. 'A lei serve para o Estado definir como tratar as pessoas, e a polícia só está focada nos pequenos'

■ Ao tratar do porte de drogas para uso próprio, Barroso, do STF, disse: "Se o indivíduo fumar meia carteira de cigarros entre o jantar e a hora de dormir, isso parece ruim, mas não é ilícito. O mesmo vale se ele, em vez de cigarro, fumar um baseado entre o jantar e a hora de dormir".

André de Oliveira
Mônica Manir

Um mecânico instou o STF a mexer nas engrenagens da criminalização do porte de drogas. Em julho de 2009, Francisco Benedito de Souza, detento de uma cadeia de Diadema, assumiu que os 3 gramas de maconha encontrados numa marmitex pertenciam a ele. Dono de uma ficha que compreendia porte de arma, roubo e contrabando, ele teria de responder por mais um crime, o de porte de droga para consumo pessoal, previsto no artigo 28 da Lei Antidrogas. A defesa de Francisco pediu uma simples advertência, alegando a tese da inconstitucionalidade – a saber, ninguém pode ser punido por uma decisão pessoal que não interfere nem lesiona direitos alheios. A juíza não se convenceu. Patrícia de Toledo entendeu que, por menor que fosse a quantidade, o mecânico deveria ser condenado, para evitar “tornar-se traficante ou viciado”.

O defensor Leandro Carlos Gomes, instigado por decisões internacionais como a da Argentina, que descriminalizou a posse de drogas em 2009, recorreu ao Supremo em favor do mecânico. Em agosto, Gilmar Mendes propôs que alguém flagrado com droga para consumo próprio fosse submetido a três punições: advertência, prestação de serviços à comunidade ou comparecimento a curso educativo. Nesta semana, retirou da lista a prestação de serviços, por considerá-la punição penal. Numa linha semelhante, os ministros Luís Roberto Barroso e Luiz Edson Fachin votaram na quinta-feira a favor da descriminalização, mas ficaram na maconha. Não abriram o leque das drogas. Para Barroso, “o Estado tem todo o direito de combater o uso, mas punir com o

**Supremo.
Três ministros
não julgam ser
crime porte
de drogas
para consumo
próprio**

direito penal é uma forma de autoritarismo e paternalismo que impede o indivíduo de fazer suas escolhas”. Para Fachin, “o dependente é vítima, e não criminoso germinal”. Para Teori Zavascki, o próximo a votar, a hora é de vistas. Pediu uma, e não há previsão de retomada do julgamento.

Para o advogado Pedro Abramovay, o momento é de experimentar opções, com cuidado e cautela, para “furar a cegueira” em que se encontra a sociedade. “Precisamos interromper o sofrimento gerado pela guerra às drogas para resolver melhor o sofrimento causado pela dependência”, diz Abramovay, que em 2011, quando na Secretaria Nacional de Justiça, defendeu a ideia, apoiada pelo STF, de penas alternativas para pequenos traficantes. Tal proposta teria causado divergências com a presidente Dilma Rousseff, e Abramovay pediu exoneração do cargo. Diretor para a América Latina da Open Society Foundations, fundada por George Soros, ele enfatiza o papel do juiz na decisão entre quem é traficante e quem é usuário. Hoje isso é delegado à polícia. Mas acha que o Judiciário pode ir bem mais além, como explica neste Ponto por Ponto.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

13 SET 2015

No extremo

“O direito penal é o lado mais ‘violento’ dentro da institucionalidade do Estado e, por isso, deve ser usado respeitando-se alguns limites. Por exemplo, não pode ser usado para proteger uma pessoa dela mesma. Esse é o argumento mais usado nesse debate e estava, inclusive, no voto do ministro Gilmar Mendes. Deve ser usado quando a pessoa está causando danos a outro. Outra questão é que a Constituição prevê, de maneira bastante ampla, o direito ao acesso à saúde. Mas, se a pessoa que abusa do uso de drogas é vista como criminosa, a primeira resposta que o Estado é obrigado a dar é acionar o sistema penal, impedindo seu acesso à saúde. Um terceiro ponto é que a lei, apesar de prever diferença de penas para traficantes e usuários, não estabelece critérios para que essa diferenciação seja aplicada. Por isso, o que acontece na prática é que pessoas em situação idêntica têm tratamentos diferentes pelo simples motivo do local em que vivem. Se é pobre e mora na favela, é enquadrado como traficante; se é rico e mora em bairro bom, é tratado como usuário.

Dois pesos, duas medidas

“Vou dar alguns exemplos. Uma pesquisa feita pela procuradora da República Raquel Dodge demonstra que pessoas estão sendo condenadas no Supremo Tribunal de Justiça a penas altíssimas com poucos gramas de droga, enquanto há gente pega com 500 kg que é tratada como usuário. Outros estudos que apontam para a mesma conclusão são os das professoras Luciana Boiteux e Ela Wiecko, de 2008, e, mais recentemente, o do Instituto Sou da Paz e o do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo. Eu mesmo já vi uma sentença em que a justificativa da prisão era a de que “fulano foi flagrado com apenas 5 g, mas, como mora em uma favela, e essa favela é dominada pelo crime organizado, então será considerado traficante”. Ou seja, a justificativa da prisão é o endereço da pessoa. Como a polícia está voltada para os pequenos, a investigação dos grandes esquemas do tráfico de drogas é feita de maneira muito esporádica. Se colocasse seu poder para investigar de onde vem o dinheiro do crime organizado, os resultados seriam muito mais eficientes.

Vai soltar?

“Acho positivo o voto do ministro Gilmar Mendes no trecho em que destaca a obrigatoriedade da audiência de custódia no caso de drogas. Hoje, quem decide de fato se é

traficante ou usuário é a polícia. O juiz muitas vezes olha o caso tempos depois de a pessoa ser presa, e sempre com uma pressão para mantê-la presa. Afinal, vai soltar um traficante? O que o Gilmar Mendes disse é que a prisão preventiva só pode ocorrer depois de audiência com o juiz. Isso é fundamental. Até porque resgata o protagonismo do Judiciário na justiça criminal, já que, atualmente, existe certa delegação para a polícia nessa questão. No entanto, acho que o Supremo pode e deve ir além. A corte pode estabelecer, ela própria, critérios de diferenciação até que um órgão competente o faça, ou definir que a Anvisa faça isso. Se a segunda opção for escolhida, a Anvisa deve estabelecer quantidades reais de consumo, para que seja possível separar usuários de traficantes. No México, por exemplo, foi criada uma lei de quantidades que deu muito errado, diferentemente do que aconteceu em outros países. Estabeleceram porções tão baixas que todo mundo era enquadrado como traficante. É um ponto crucial para o avanço da questão.

Lá fora

“O maior ensinamento que se tira da experiência internacional é a de que descriminalizar não tem relação com aumento de consumo. E esse é um dado difícil de as pessoas entenderem, porque o argumento contrário é intuitivo. Os fatores que fazem as pessoas consumirem drogas não estão relacionados às leis. A lei não faz a pessoa decidir ou não consumir droga. A lei é o que faz o Estado definir como vai tratar as pessoas. É isso que pesquisas como a *The Quiet Revolution*, que analisou 18 países que flexibilizaram a legislação sobre drogas, têm mostrado. A Holanda é ótimo exemplo. Eles legalizaram a venda de pequenas quantidades de maconha há muitas décadas, e hoje a Holanda é um dos países com menor consumo da droga na Europa. O consumo entre os adolescentes de lá, inclusive, é muito baixo. Em Portugal foi assim também. É um fenômeno interessante: a descriminalização tem gerado uma pequena queda de consumo entre os mais jovens e um ligeiro aumento ou manutenção dos parâmetros entre os mais velhos. Estive em Portugal conversando com a polícia e eles próprios afirmam que a descriminalização possibilitou que mudassem a maneira de enfrentar a criminalidade. Antes o foco era pegar a pessoa na rua com droga, hoje é se estruturar e enfrentar o crime organizado.

CONTINUA

13 SET 2015

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Cada caso, um caso

“O problema é a relação das pessoas com a droga, que às vezes é tranquila, como a de grande parte das pessoas com o álcool, e às vezes é uma relação muito problemática. As causas que fazem a relação ser problemática não estão na substância, estão nas pessoas. Enquanto continuarmos achando que o problema está na substância, não vamos conseguir tratar o problema. Toda essa ideia de internação como grande foco do tratamento, por exemplo, é um erro. A dependência química é um problema, mas o principal é tentar entender o que fez a pessoa passar a ter uma relação problemática com a droga. Olhemos para a cracolândia. Se você tira uma pessoa de lá e a interna, pode acabar com a dependência química; mas, se a devolve ao mesmo ambiente, ela, com as mesmas razões que a levaram a ser dependente, vai voltar a sê-lo. Tem que tratar o problema que levou essa pessoa a se tornar dependente. É por isso que um programa como o De Braços Abertos é superdesafiador, difícil, mas parece ser o caminho no mundo inteiro, porque você vai tratando a pessoa naquele lugar.

Vide bula

“Não se trata de liberar o consumo. O Estado, descriminalizando, não está dando sinal verde para o consumo. Não é isso. O importante é que não vai colocar a força da polícia para prender o usuário. Existem coisas mais importantes que isso. É uma questão do foco e de organização do sistema. Esse tema passou muito tempo, décadas, em uma só aposta: ‘é possível criminalizar usando toda a força repressiva e, desse modo, acabar com o consumo de drogas’. É uma aposta fracassada. Não é que o consumo tenha sido reduzido, ele só aumentou! O mais importante agora não é ver a descriminalização como um passo lógico para a legalização, mas parar de achar que a opção que já deu errado é a única. O momento é de experimentar algumas coisas com cuidado e cautela para furar essa cegueira em que estamos. A quantidade de sofrimento causado pela guerra às drogas, sendo que isso não diminui o acesso das pessoas a elas, mostra, claramente, qual é o real problema. Agente precisa interromper esse sofrimento gerado pela guerra às drogas para resolver melhor o sofrimento causado pela dependência. O que está acontecendo é que a gente está tomando um remédio muito dolorido, e ele não está curando nossa doença. Está piorando.

Os mortos da AL

“Essa guerra ganha sua expressão maior com as políticas dos presidentes americanos Nixon e Reagan. Muitos falam que os dois substituíram a guerra à pobreza do Lyndson Johnson pela guerra aos pobres. Já que você não pode usar o Estado para incluir essas pessoas, usa o Estado para encarcerá-las. Hoje, nos EUA, estão presas 3 milhões de pessoas, 1% da população. Ou seja, eles têm 5% da população mundial e 25% dos presos do mundo. Só que, se eles têm os presos, a América Latina tem os mortos. A relação dos EUA com a América Latina, durante décadas, foi pautada pela guerra às drogas, o que acabou mudando até a forma com que os Estados da região lidam com os seus cidadãos. O caso da Marcha da Maconha, por exemplo, é emblemático, porque houve decisões judiciais dizendo que as pessoas não podiam sair à rua para pedir a mudança da lei. É como se estivéssemos vivendo numa sociedade em que a democracia não pode atingir o debate sobre drogas, e isso tem consequências muito amplas.

Morfina, sim; maconha, não

“A primeira vez que a Anvisa decidiu sobre o uso de um dos componentes da maconha, o CBD, que comprovadamente faz com que crianças que têm várias convulsões por dia passem a não tê-las, a resposta foi não. E foi não, evidentemente, por causa do tabu da criminalização. Não tinha nada a ver com critérios técnicos. O Fantástico então fez uma matéria sobre o tema e a Anvisa mudou de ideia, o que mostra, claramente, que o critério não era científico. Há outras propriedades da maconha medicinal que já são usadas em vários países. O motivo para não ser usada no Brasil? Porque é crime, existe uma ideologia por trás disso. Agente aceita usar o ópio, a morfina, mas não aceita usar a maconha.

Legitimidade

“O Brasil está superando isso, e o debate no Supremo é uma clara amostra. De um lado, pró-descriminalização, vários advogados levantaram dados técnicos, científicos. Do outro, o Procurador Geral da República usou um dado falso, dizendo que 90% das pessoas que experimentam maconha ficam viciadas. Todas as pesquisas mostram que esse número é de 9%. As pessoas se sentem à vontade para dar informações falsas nesse tema, porque ele se transformou em um tabu. Por isso, é tão interessante que o presidente da Colômbia, por exemplo, diga que a gente precisa rediscutir as convenções atuais no ano que vem, na ONU. No Uruguai e na América Central a mesma movimentação também está acontecendo. Que essa região, que é a região que mais sofreu com isso, comece a se mexer é algo bastante sintomático. Nenhuma outra parte do mundo tem a legitimidade para questionar essa guerra às drogas como a América Latina.”

Caras e bocas

O que a maioria dos políticos quer é dinheiro, dinheiro, dinheiro

JOAQUIM BARBOSA, ex-presidente do STF, em reação à aprovação na Câmara de projeto de lei que restabelece a doação de empresas a partidos, proibida pelo Senado no dia 2. 'Um presidente com lucidez política e clara visão do Estado não hesitaria em exercer o poder de veto'

PODE FAZER FESTA, MAS NÃO EM REPARTIÇÃO PÚBLICA

GERALDO ALCKMIN, governador de São Paulo, sobre festa filmada na Divisão de Narcóticos (Denarc) em que um anão fazia strip-tease



SÔNIA RACY

Devo, não nego, mas...

Em defesa dos direitos sequenciais de artistas brasileiros – os 5% a que eles têm direito quando um quadro é revendido –, **Leonardo Cançado** ainda não chegou a consenso com **Luís Roberto Barroso**. O ministro é testamenteiro de um amigo, **Nelson Diz**, que morreu em 2014 e deixou uma coleção de obras de arte, toda arrematada em recente leilão.

Qual o conflito? Em nome do Inpav, entidade que defende aqueles direitos, Cançado entende que Barroso tem de ir atrás dos artistas para pagá-los. E o ministro avisou que vai “reservar o dinheiro” à espera de que os credores apareçam.

SÔNIA RACY

Magrinho

Criminalistas se surpreenderam com as modestas dez páginas do inquérito em que a PF investiga **Antonio Palocci** no âmbito da Lava Jato.

Dele constam a decisão do ministro **Teori Zavascki** determinando a investigação e o termo de colaboração de **Paulo Roberto Costa**, no qual este afirma que **Alberto Youssef** lhe pediu R\$ 2 milhões em nome de Palocci para a campanha de **Dilma**.

Detalhe: não incluíram depoimento de Youssef no qual o deliro diz não conhecer Palocci e nega ter feito tal pedido.

AMPARADAS

Ministra detalha à Tribuna ações pra melhorar o atendimento às mulheres vítimas de violência

Samuel Bittencourt
samuelb@tribunadoparana.com.br

A poucos meses da inauguração da Casa da Mulher Brasileira, a ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci de Oliveira, veio a Curitiba na última sexta-feira para acompanhar de perto o andamento das obras, que atingiram 30% de execução. O

espaço deve começar a funcionar em fevereiro de 2016. Em bate-papo com a Tribuna, ela falou sobre as ações feitas pelo poder público em defesa dos direitos das mulheres.

Eleonora destaca que o novo centro, que integra o programa "Mulher, Viver sem Violência" e reunirá em um só local muitos atendimentos já existentes voltados às mulheres, é uma consequência dos marcos legais que passaram a vigorar desde 2006, porém ainda estão sendo implantados. "A Lei Maria da Penha criou as diretrizes de enfrentamento à violência. Uma dessas visa integrar em apenas um lugar uma vara especializada, Juizado Especializado, Ministério Público, Delegacia da Mulher, instituições do sistema de segurança pública,

defensoria pública, atendimento psicossocial, brinquedoteca, serviço de emprego e renda e alojamentos temporários", explica.

Além dos R\$ 20 milhões que o governo federal disponibilizou para construção, compra de equipamentos e custeio da casa nos dois primeiros anos, o programa inclui o ônibus Lilás, que atende mulheres em regiões rurais mais afastadas. "No Paraná foram disponibilizados três veículos, um para região metropolitana da capital e litoral e dois para o interior, que levam informação sobre os direitos das mulheres e também encaminham para atendimento. Após esse trabalho, as denúncias de violência nessas regiões aumentaram muito. Conseguimos quebrar o pacto de silêncio desses locais", destaca.

Denúncia sem burocracia

Um dos grandes entraves para combater a violência é o cansativo processo que a vítima costuma percorrer para conseguir efetivar a denúncia e receber os devidos atendimentos. "É muito desgastante para uma mulher que acabou de sofrer uma violência ter que percorrer a cidade de um ponto para outro e reviver aquele trauma por diversas vezes. Muitas vítimas deixam de buscar o serviço por conta da burocracia", afirma Eleonora.

As equipes que prestarão o serviço passarão por capacitação. "Infelizmente algumas pessoas não compreendem como

funciona o ciclo da violência doméstica e acabam emitindo opinião e constringendo essas mulheres justamente no momento em que elas precisam de amparo", diz.

Para garantir a qualidade do atendimento, a secretaria criou uma ouvidoria. Para receber denúncias, lançou o disque 180. Em seis anos já foram 4 milhões de ligações atendidas. "Além das mulheres no Brasil, atendemos brasileiras em 16 países que são casadas com estrangeiros ou apenas vivem com seus parceiros no exterior. A denúncia é fundamental e tem salvado muitas vidas", aponta. (SB)

-MAIS RIGOR-

Só a Delegacia da Mulher de Curitiba registrou 5.597 boletins de ocorrência em 2014. Desde março deste ano, o feminicídio (assassinar alguém pelo fato de ser mulher) passou a ser crime hediondo, que implica em pena de 12 a 30 anos e pode ter agravantes em casos específicos, como quando cometido na frente dos filhos, com gestantes e com mulheres acima de 60 anos. "Apesar desta colocação, temos dados do disque 180 que colocam o Paraná como um dos estados que mais registraram denúncias. Isso mostra que essa realidade está começando a ser combatida", diz Eleonora. (SB)

CICLOS DA VIOLENCIA DOMÉSTICA

Tensão

O abusador começa a ficar irritado, deixa de haver comunicação, a tensão vai aumentando e o abuso pode iniciar-se.

Violência

O abusador parte para o ato de agressão.

Lua de mel

O abusador pede desculpa, faz promessas, culpa a vítima por ser causa do abuso e tenta desvalorizar a situação.



CONTINUA

14 SET 2015

TRIBUNA DO PARANÁ

CONTINUAÇÃO

Contra a cultura machista

Garantir mais espaço e participação para as mulheres também tem sido uma luta da secretaria. Segundo a ministra, a cultura do machismo ainda predomina no meio político. "O brasileiro ainda não acredita que a mulher consiga desempenhar um papel no Legislativo. Temos uma população composta por 51% de mulheres, mas quando olhamos para o Congresso, há 10% de deputadas e senadoras. Defendo a lista paritária e dividir as cadeiras", comenta a ministra.

Para mudar esta estatística, a secretaria promove campanhas estimulando a formação de líderes dentro dos partidos. Em 2009, uma minirreforma na legislação eleitoral estipulou que no mínimo 30% dos candidatos devem ser de gênero distinto. "Os partidos refletem a cultura patriarcal que ainda é forte no país. Não existe distribuição equitativa do fundo partidário nem de horário na televisão. Apenas em 2012 o Tribunal Superior Eleitoral devolveu listas que não respeitavam o mínimo de mulheres exigido pela lei. Isso quando as candidatas mulheres fazem papel de laranjas. Por isso realizamos capacitação para formar mulheres que decidam por si mesmas. As cotas reafirmam que existe a discriminação até o tempo que elas sejam desnecessárias", ressalta. (SB)

Com redução de maioridade penal, o Brasil ignora compromissos internacionais

14 SET 2015

Em vários países da América do Sul, incluindo o Brasil, tem ressurgido com força a discussão sobre reduzir a maioridade penal e tratar os menores como adultos quando cometem crimes. Os principais argumentos para isso são um suposto aumento da violência juvenil, que os menores de idade não seriam responsabilizados por seus atos ou que as penas que recebem seriam insuficientes.

O cerne da questão, que não é mencionado neste debate, é se a redução da maioridade penal é efetiva ou não para combater a violência. Nesse sentido, basta dar uma olhada nos regimes penitenciários da região para entender que mais penas não é sinônimo de menos crimes, evidenciando o fracasso sistemático das leis e políticas restritivas no tema.

No caso do Brasil, essa discussão infelizmente ignora as obrigações internacionais de direitos humanos contraídas pelo Estado. Apenas há umas semanas, durante uma visita oficial ao país, o relator da ONU sobre a Tortura Juan Méndez disse que "processar adolescentes infratores como adultos violaria as obrigações do Brasil no âmbito da Convenção sobre os Direitos da Criança".

Com efeito, esse tratado internacional proíbe que os menores de 18 anos sejam julgados como adultos e obriga a adotar uma idade mínima em que o Estado renuncie a punir as crianças criminalmente. A Convenção também dispõe que seja implementado um sistema de responsabilidade criminal especial para os menores de idade, que garanta a presunção da inocência e o devido processo legal. Esse regime específico deve estabelecer sanções diferenciadas em relação aos adultos, e a privação da liberdade deve ser uma medida excepcional e de último recurso.

Em razão do anterior, no momento de cometer um crime, toda pessoa menor de 18 anos deve receber um tratamento especial no marco dos sistemas de justiça penal juvenil, para ser julgada conforme a sua idade. Nesse sentido, é falso afirmar que os menores que cometem crimes graves não são responsabilizados por seus atos.

Além disso, um relatório deste ano do Unicef mostrou que o Brasil é o segundo país com maior número de homicídios de crianças e adolescentes no mundo – atrás apenas da Nigéria – e que 28 crianças e adolescentes são assassinados por dia no país. Isso revela que os menores de idade são principalmente vítimas de delitos graves.

Os 195 Estados do mundo que ratificaram a Convenção sobre os Direitos da Criança, incluindo o Brasil, se comprometeram a adotar todas as medidas legislativas para proteger os menores de idade. Porém, a redução da maioridade penal contraria esse mandato e não é solução nenhuma para o problema da insegurança.

A Câmara dos Deputados do Congresso Federal deu um passo na direção contrária aos padrões internacionais, aprovando um projeto para reduzir a maioridade penal de 18 para 16 anos para alguns crimes especialmente graves. A adoção definitiva desta norma comprometeria a responsabilidade internacional do Estado por descumprir o que estabelece a Convenção sobre os Direitos da Criança, e ao Brasil não lhe restaria senão denunciar e se retirar do tratado.

De fato, nos próximos dias 21 e 22 de setembro, o Comitê da ONU sobre Direitos da Criança deve revisar a situação de direitos humanos dos menores de idade no Brasil e uma delegação do Estado irá comparecer perante os especialistas internacionais na Suíça, onde deverá explicar esse projeto incompatível com a Convenção.

É de esperar, então, que as discussões no seio da sociedade brasileira, e especialmente a tramitação do projeto no Senado Federal, levem em conta os compromissos que o Congresso do Brasil assumiu soberanamente quando ratificou os instrumentos internacionais de direitos humanos, e que por tanto se obrigou a respeitar e promover.

1 1 SET 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

STF – Supremo reconhece violação a direitos fundamentais no sistema prisional

Ao conceder, parcialmente, medida cautelar na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 347, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a violação a preceitos fundamentais no sistema prisional brasileiro.

Na ação, o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) pede que se reconheça a violação de direitos fundamentais da população carcerária e que se determine a adoção de diversas providências no tratamento da questão prisional do país. O caso começou a ser julgado no final de agosto, com o voto do relator, ministro Marco Aurélio.

Ao deferir a liminar, os ministros proibiram o Poder Executivo de contingenciar os valores disponíveis no Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) e determinaram aos juízes e tribunais que passem a realizar audiências de custódia de modo a viabilizar o comparecimento do preso perante a autoridade judiciária, num prazo de até 24 horas do momento da prisão.

11 SET 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Ex-diretor da Petrobras não consegue reverter desmembramento de processo da Lava Jato

A defesa de Renato Duque, ex-diretor de Serviços da Petrobras preso na operação Lava Jato, não conseguiu reverter o desmembramento do processo que apura irregularidades na estatal. A Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) julgou prejudicado um recurso impetrado por seus advogados contra decisão unipessoal do desembargador convocado Newton Trisotto.

Duque teve a prisão preventiva decretada em março de 2015. Dois meses depois, o juízo federal encarregado da Lava Jato determinou o desmembramento para manter os réus presos em ação separada, ao argumento de que seria medida "imprescindível" para evitar que eles fossem prejudicados pela demora do processo, em razão do grande número de acusados.

A defesa do ex-diretor impetrou habeas corpus no Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) alegando que o desmembramento prejudicava seu cliente e pedindo a reunião do processo. Como o relator no TRF4 negou a liminar, a defesa impetrou outro habeas corpus no STJ, com o mesmo pedido.

Segundo os advogados, "as acusações de quadrilha e de corrupção ativa/passiva, além de lavagem de dinheiro, estão interligadas subjetiva e instrumentalmente, implicando o desmembramento do processo evidente e injustificável prejuízo à defesa e ao contraditório".

1 1 SET 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Turma absolve réu da prática de crime contra o sistema financeiro

A 3ª Turma do TRF da 1ª Região absolveu um acusado da prática dos crimes de evasão de divisas, lavagem de dinheiro e sonegação fiscal. Ele foi um dos denunciados pelo Ministério Público Federal (MPF) durante a Operação Câmbio Livre por ter realizado depósitos no valor de US\$ 23.349,00. A decisão confirma sentença de primeiro grau no mesmo sentido.

Consta dos autos que o MPF apresentou denúncia contra o réu em virtude da realização de operações financeiras ilegais de câmbio por meio da prática conhecida como 'dólar cabo', com a utilização, por doleiros já indiciados, de contas de pessoas interessadas em enviar ou receber valores do exterior, promovendo sua mútua compensação, a fim de dificultar o rastreamento das remessas ilegais, o que constitui indício de evasão de divisas, lavagem de dinheiro e sonegação fiscal.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

STF - MANTIDA DECISÃO QUE GARANTIU 45 DIAS DE FÉRIAS ANUAIS A PROFESSORA TEMPORÁRIA DO ACRE

A ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), julgou improcedente a Reclamação (RCL) 21334, ajuizada pelo Estado do Acre contra decisão de Turma Recursal dos Juizados Especiais daquele estado que assegurou a uma professora temporária o pagamento de verbas referentes a 45 dias de férias, mesmo período a quem têm direito os professores efetivos. O governo estadual alegou que a decisão teria violado a Súmula Vinculante 37, do STF, que dispõe não ser competência do Poder Judiciário aumentar vencimentos de servidores públicos sob o argumento de isonomia.

No caso dos autos, as partes firmaram contratos de prestação de serviços temporários regulados pela Lei Comple-

mentar estadual (LC) 58/1998, que determina a aplicação das mesmas regras contratuais e normas do Regime Jurídico Único dos servidores públicos estaduais. Ao fim da contratação, a professora ajuizou ação contra o estado pedindo, entre outros pontos, o pagamento de parcelas de férias e terço constitucional proporcionais referentes ao período assegurado aos docentes efetivos pela LC estadual 67/1999.

O direito à equiparação foi reconhecido em sentença e confirmado pela Turma Recursal. O Estado do Acre ajuizou a reclamação no STF alegando que o período especial de férias teria sido concedido exclusivamente com fundamento no princípio da isonomia, sem qualquer amparo em lei.

TST - TURMA MANTÉM DECISÃO QUE NEGA INDENIZAÇÃO A FAMÍLIA DE CARTEIRO QUE MORREU NA VOLTA PARA CASA

A Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho manteve decisão que julgou improcedente o pedido de indenização por danos morais e materiais feito pela família de um carteiro que morreu a caminho de casa. Apesar de reconhecerem que ele foi vítima de acidente de trabalho, os ministros entenderam que o acidente foi causado pelo próprio carteiro, ao transitar na contramão.

O acidente aconteceu quando o carteiro retornava, de moto, para sua cidade, Lages (SC), após uma semana de trabalho. No trajeto, durante uma ultrapassagem, colidiu frontalmente com um caminhão.

A família, na reclamação trabalhista, afirmou que era parte da rotina semanal do

trabalhador se deslocar de motocicleta entre as cidades de Lages, Itapema e Tijuca, utilizando moto própria para exercer seu trabalho. Os Correios efetuavam o ressarcimento da quilometragem rodada.

O juiz de origem julgou que não basta que o empregado sofra acidente de trabalho para que o empregador seja responsabilizado civilmente. Para que a responsabilização ocorra, é necessário que o acidente tenha ocorrido por ação ou omissão do empregador, causando dano ao próprio empregado acidentado ou a terceiro. Como, no caso, o carteiro foi atingido na contramão, ao ultrapassar, a conclusão foi a de que ele foi o causador do próprio acidente.

11 SET 2015

SUPREMO RETOMARÁ JULGAMENTO DO FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS

O Supremo Tribunal Federal (STF) deve retomar na quarta-feira o julgamento sobre proibição de doações de empresas privadas para campanhas políticas. Um pedido de vistas do ministro Gilmar Mendes interrompeu o julgamento em abril do ano passado, quando o placar era de seis votos a um pelo fim de doações de empresas a candidatos e partidos políticos. Mendes liberou o voto para a pauta do plenário ontem.